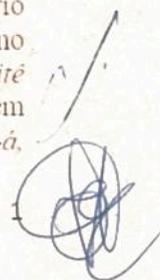


1 **ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE DO COMITÊ**  
2 **TÉCNICO-PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E**  
3 **TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.** Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e  
4 dezessete, foi realizada na Sala de Reuniões I da Reitoria do IFSP, situado na Rua Pedro Vicente,  
5 nº 625, Canindé, São Paulo- SP, CEP: 01109-010, às treze horas, a Oitava Reunião Ordinária do  
6 Comitê Técnico-Profissional, sob a Presidência, em exercício, do servidor Alexandre Aldo Neves,  
7 Diretor da Diretoria de Políticas de Acesso da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (DPAP/PRE/IFSP)  
8 e com as participações dos membros:(1) Andréia Regina Silva Cabral Libório, Pedagoga da  
9 Diretoria de Educação Básica da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (DEB/PRE/IFSP); (2) Elaine  
10 Buzulini dos Santos, Pedagoga da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação da  
11 Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (CLIC/DGR/PRE);(3)Giuseppe D'Agostino, Professor EBTT e  
12 Representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD/RÉT/IFSP); (4) José Luiz  
13 Borges Andreoli, representante do Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo;  
14 (5)Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos, Técnica em Assuntos Educacionais e  
15 Coordenadora da Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP  
16 (CLIC/DGR/PRE); (6) Reginaldo Guilhermino Libório, Pedagogo da Coordenadoria de  
17 Formação Profissional da Diretoria de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP  
18 (CFP/DPP/PRO-EXT/RET/IFSP); (7) Sérgio Alberto Batista, Secretário da Secretaria da Pró-  
19 Reitoria de Administração do IFSP e representante da Pró-Reitoria de Administração  
20 (PRA/IFSP); (8) Stela Haler, Assistente em Administração e Coordenadora da Coordenadoria de  
21 Conformidade de Gestão de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFSP e  
22 representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD/IFSP); (9) Renato Almada  
23 Alonso, Representante do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de  
24 Informática do Estado de São Paulo – SEPROSP e da (10) secretária, a Pedagoga Érika de Souza  
25 Barreto, contando com a participação dos representantes dos câmpus/cursos: (1) César de Barros  
26 Lobato, Professor EBTT e representante da Proposta Pedagógica do Curso Superior de  
27 Licenciatura em Química do Câmpus Suzano; (2) Carla Cristina Fernandes Souto, Professora  
28 EBTT e representante da Proposta Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Letras do  
29 Câmpus São Paulo; (3) Charles Borges Casemiro, Professor EBTT e representante da Proposta  
30 Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Letras do Câmpus São Paulo;(4) Daniel de  
31 Andrade Moura, Professor EBTT e representante da Proposta Pedagógica do Curso Superior de  
32 Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo; (5) Luís Américo Monteiro Junior, Professor EBTT  
33 e representante da Proposta Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do  
34 Câmpus Caraguatatuba; (6) Madalena Alves Vieira de Oliveira, Professora EBTT e representante  
35 da Proposta Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Química do Câmpus Suzano ;(7)  
36 Mônica Maria Biancolin, Professora EBTT e representante da Proposta Pedagógica de Curso do  
37 Câmpus Suzano;(8) Natália Nassiff Braga, Professora EBTT e representante da Proposta  
38 Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Câmpus Caraguatatuba;(9)  
39 Rafael Nogueira Luz, Professor EBTT e representante da Proposta Pedagógica de Curso Superior  
40 de Licenciatura em Matemática do Câmpus Caraguatatuba; (10) Ricardo Rechi Aguiar, Professor  
41 EBTT, representante da Proposta Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Física do  
42 Câmpus São Paulo e do(a)s Pareceristas Externo(a)s: (1) Eva Cristina Francisco, Parecerista  
43 Externa da Proposta Pedagógica do Curso Superior de Licenciatura em Letras do Câmpus São  
44 Paulo. **Ausência (s) justificada(s):** do(a)s Pareceristas Externos: (1)Alexandre Pereira Chahad,  
45 Parecerista Externo do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Câmpus  
46 Caraguatatuba; (2)Ana Paula Mijolaro, Parecerista Externa da Proposta Pedagógica do Curso  
47 Superior de Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo; (3) Higor Henrique de Souza,  
48 Parecerista Externo do Curso Superior de Licenciatura em Química do Câmpus Suzano e (4)  
49 Huyrá Estevão de Araújo, Parecerista Externo da Proposta Pedagógica do Curso Superior de  
50 Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo. **ABERTURA DA REUNIÃO:** Com necessário  
51 atraso para a formação de *quórum* mínimo regulamentar, tendo-se como fulcro o disposto no  
52 art.10 da Resolução nº1.093, de 03 de dezembro de 2013, que *Aprova o Regulamento do Comitê*  
53 *Técnico-Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo em*  
54 *que: "Art.10. Com a presença da maioria, o Comitê Técnico-Profissional reunir-se-á,*



55 *ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente*  
56 *ou por 2/3 dos membros. Parágrafo único –A abertura da reunião dar-se-á com a presença*  
57 *mínima de oito membros ou após meia hora, com a presença de seis membros e a proposição de*  
58 *aprovação da Ata da reunião, anterior, lavrada pelo secretário do Comitê (GRIFO NOSSO)”. o*  
59 *Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, deu*  
60 *por abertos os trabalhos desta data, inicialmente, agradecendo à presença de todo(a)s. O servidor*  
61 *Alexandre Aldo Neves disse presidir, especificamente, esta oitava sessão ordinária do órgão do*  
62 *Comitê Técnico-Profissional do IFSP, posto o fato de o Pró-Reitor de Ensino, servidor Reginaldo*  
63 *Vitor Pereira, vir a participar em um evento paralelo em Brasília. **EXPEDIENTE: Horário:***  
64 **13:00h Comunicados da Presidência e dos membros.** Posto não haver quaisquer comunicados  
65 quer de parte da Presidência do Comitê Técnico-Profissional em exercício, servidor Alexandre  
66 Aldo Neves, como dos demais membros presentes, deu-se seguimento ao segundo item de  
67 Expediente da sessão acerca da **Aprovação das Atas das reuniões anteriores. a) Ata da 5ª**  
68 **Reunião Ordinária do Comitê Técnico-Profissional do IFSP, de 08/06/2017; e b) Ata da 7ª**  
69 **Reunião Ordinária do Comitê Técnico-Profissional do IFSP, de 10/08/2017.** Nesse instante,  
70 o secretariado do órgão, a Pedagoga Érika de Souza Barreto, informou aos membros que estariam  
71 sendo postos à aprovação nesta data os documentos de Ata relativos à 5ª (Quinta) Reunião  
72 Ordinária do Órgão do Comitê Técnico-Profissional (CTP) do IFSP de 08/06/2017 e à 7ª (Sétima)  
73 Reunião Ordinária do Órgão do Comitê Técnico-Profissional (CTP) do IFSP de 10/08/2017 bem  
74 como que não haveria documento de Ata lavrado relativo à Sexta (6ª) Reunião Ordinária do  
75 Comitê Técnico-Profissional do IFSP dado seu cancelamento (vide maiores informações por  
76 intermédio de acesso ao *link*: <[http://www2.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/comite-tecnico-](http://www2.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/comite-tecnico-profissional.html)  
77 [profissional.html](http://www2.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/comite-tecnico-profissional.html)>arquivo denominado “Cancelamento da 6ª Reunião Ordinária do Comitê  
78 Técnico- Profissional 2017). Houve aprovação unânime de ambos os documentos por parte da  
79 plenária do órgão. Passou-se à tratativa do item de **ORDEM DO DIA:** compreendendo-se as  
80 **Discussões dos CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO: Licenciaturas. Reformulação**  
81 **1º Semestre 2018. 1. Curso Superior de Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo-**  
82 **Processo nº23306.002521.2017-19/ Horário: 13:30h.** O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi  
83 apresentado pelos servidores:(1) Ricardo Rechi Aguiar, Professor EBTT e ex-Coordenador do  
84 Curso Superior de Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo e (2) Daniel Andrade Moura,  
85 Professor EBTT e atual Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Física do Câmpus  
86 São Paulo. A servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos, informalmente, antecedendo-  
87 se o estarte dessa oitava sessão plenária ordinária veio a saudar a ambos. O Presidente do Comitê  
88 Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, veio a conceder uso da fala  
89 aos servidores Ricardo Rechi Aguiar e Daniel Andrade Moura tendo comentado à ambos que  
90 seriam disponibilizados, aproximadamente, dez minutos (10 min) de fala para estes/ com vistas a  
91 viabilizar tal apresentação. O servidor Ricardo Rechi Aguiar veio a, preliminarmente, saudar a  
92 todos os presentes tendo comentado que estaria sendo procedido processo de  
93 transferência/transição (“passagem de bastão”) da função de coordenação de curso junto ao  
94 servidor Daniel Andrade Moura presente à essa oitava sessão plenária ordinária do órgão do  
95 Comitê Técnico-Profissional do IFSP. O servidor Ricardo Rechi Aguiar disse à mesa que o  
96 objetivo de Reformulação da Proposta Pedagógica (do PPC) do Curso Superior de Licenciatura  
97 em Física do Câmpus São Paulo compreenderia o de atendimento à Resolução CNE/CP nº02/2015  
98 bem como à outras legislações próprias à educação nacional e dispositivos institucionais em vigor  
99 o(a)s quais, igualmente, trariam acarretariam na necessidade de feitura de modificações  
100 significativas ao curso em tela (o que veio a acarretar, inclusive, num maior “trabalho” no que  
101 tange à reformulação do referido projeto de curso. Além dos aspectos decorrentes de atendimento  
102 à legislação própria à educação nacional e dispositivos institucionais vigentes, tal reformulação  
103 se dá tendo como justificação o fato de ser necessário se dar continuidade à oferta de um  
104 importante curso de formação de professores na área de Física, o fato deste curso compreender o  
105 Curso Superior de Licenciatura mais antigo ofertado no Câmpus São Paulo do IFSP tendo  
106 principiado em oferta no segundo semestre do ano de 2001, com outorga de grau da primeira  
107 turma em data de 27/10/2005, curso esse reconhecido pela Portaria nº682/2006, cuja renovação  
108 de reconhecimento se deu em 2011 (o formato do documento de Projeto Pedagógico de Curso

109 (PPC) em si não era tão sistematizado como hoje bem como do ano de 2001 para cá advieram  
110 muitíssimas novas legislações, inclusive) e até o final do ano de 2016, como dado oficial, formou  
111 duzentos e nove (209) licenciados na área da Física (do curso). Como Justificativa e Demanda de  
112 Mercado, este compreende um curso que forma professores para atuar no Ensino Médio.  
113 Trazemos dados do Censo Escolar relativos ao ano de 2015 -Movimento *Todos Pela Educação*-  
114 os quais foram amplamente veiculados na mídia durante aquele período. Há uma problemática  
115 grande no que tange à formação de professores, acreditamos, inclusive, que todos vós tenhais e/ou  
116 tenham tido acesso a tais dados. No caso específico de Física somente 27% dos professores no  
117 Brasil dispõem de formação na área, quer na área de Física como na área de Ciências. Estes  
118 cinquenta e quatro por cento (54%) compreendem dados do Brasil (país) inteiro, devendo se haver  
119 investimento pesado em todas as licenciaturas. Estes dados, portanto, falam por si só da  
120 importância de oferta dos cursos Superiores de Licenciatura no país. Aproximadamente, portanto,  
121 metade dos professores dos cursos não estão licenciados. A Estrutura Curricular (EC) do Curso  
122 Superior de Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo dispõe de organização em oito (8)  
123 semestres, carga horária mínima obrigatória de 3.236,25 horas, duração da hora-aula de 45  
124 minutos e duração semestre de 19 semanas. Tais dados são trazidos e apresentados nessa nova  
125 versão do documento de Projeto Pedagógico de Curso reformulado posto que o PPC de versão  
126 anterior, por ser o primeiro, dispunha de 20 semanas –disse ao pleno do Comitê o servidor Ricardo  
127 Rechi Aguiar. A maioria dos Cursos Superiores de Licenciatura do Câmpus São Paulo vem a  
128 dispor de dezenove semanas, agora já “encaixado” no número de semanas do câmpus. Vem a ser  
129 muito difícil encaixarmos as vinte (20) semanas do curso original no Calendário Acadêmico. No  
130 decorrer dos oito (8) semestres do curso há um conjunto de disciplinas/componentes curriculares  
131 das áreas da Matemática, da Física, da (interface) Física-Educação bem como componentes  
132 Interdisciplinares. Recepcionamos o *template* de apresentação padrão a ser utilizado nessa ocasião  
133 encaminhado por parte do Secretariado dos Colegiados do IFSP, o qual vinha a dispor de seção  
134 específica sobre a Estrutura Curricular do Curso (EC), porém, como todos os presentes já puderam  
135 dispor de acesso/ leitura/ apropriação prévia dessas mesmas informações contidas no referido  
136 arquivo quando do disparo de ato convocatório dessa sessão, não caberia expor em  
137 minúcias/micro detalhe cada item relativo à sua organização (da Estrutura Curricular do Curso).  
138 Acerca da Infraestrutura do Câmpus São Paulo, cabe mencionar que dispomos de dois (2)  
139 auditórios, com área de 180/100 metros quadrados (m<sup>2</sup>), de uma Biblioteca com área de 544 m<sup>2</sup>,  
140 de seis (6) Laboratórios de Física com áreas, ordenadamente, de 115 m<sup>2</sup>, 70 m<sup>2</sup>, 70 m<sup>2</sup>, 70 m<sup>2</sup>,  
141 70 m<sup>2</sup> e 54 m<sup>2</sup>, de três (3) Laboratórios de Química com áreas, respectivamente, de 72 m<sup>2</sup>, 52 m<sup>2</sup> e 14  
142 m<sup>2</sup>; três (3) Laboratórios de Biologia com, sequencialmente, 72 m<sup>2</sup>, 52 m<sup>2</sup> e 17 m<sup>2</sup>, dezesseis (16)  
143 Laboratórios de Informática com cerca de 49 m<sup>2</sup>, cinquenta e seis (56) Salas de Aula com 49  
144 m<sup>2</sup>, aproximadamente e uma (1) Sala de Coordenação Física com, aproximadamente, 64 m<sup>2</sup>.  
145 Somos em vinte e nove (29) professores da área de Física do Câmpus São Paulo. Há quarenta e  
146 quatro (44) docentes de diversas áreas atuantes no curso em exame e vinte e dois (22) servidores  
147 no corpo técnico- administrativo. Esse levantamento envolve servidores docentes e/ou técnicos-  
148 administrativos os quais ministraram aulas no curso ao longo dos seus dois últimos anos. Acerca  
149 da oferta de vagas, cabe mencionarmos ser prevista a abertura desse curso para o 1º Semestre do  
150 ano de 2018, compreendendo, em oferta, os períodos matutino e noturno, o quantitativo de 40  
151 vagas semestrais para o período matutino –primeiro semestre e para o período noturno–segundo  
152 semestre e um total de 80 vagas anuais. Como trâmite e considerações, seria importante trazermos  
153 que no dia 31/07/2017, houve por parte do Câmpus São Paulo o recebimento do Memorando  
154 nº21/2017 encaminhado por parte da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação  
155 da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (CLIC/DGR/PRE/IFSP) por intermédio do qual fora solicitado  
156 o envio do documento de Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Superior de Licenciatura  
157 em Física do Câmpus São Paulo. Em data de 15/02/2017 fora procedido por parte do Câmpus São  
158 Paulo do IFSP o encaminhamento da Reelaboração do PPC para análise da CTP do Câmpus São  
159 Paulo (CTP/SPO). Em 14/03/2017, fora recebida pelo Câmpus São Paulo, a Análise Técnico-  
160 Pedagógica (ATP) Nº001/CTP/SPO. Em 17/04/2017- houve o recebimento do documento de  
161 Memorando nº56/2017 da DGC-SPO por meio do qual requerida a atualização do documento de  
162 Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Em data de 28/04/2017, procedido o envio da primeira (1ª)

163 versão relativa à atualização do documento de Projeto Pedagógico de Curso à CTP-SPO e em  
164 08/05/2017, procedida a submissão/o envio da 1ª versão do processo à Diretoria de Graduação da  
165 Pró-Reitoria de Ensino (DGR/PRE/IFSP). Tal processo não fora finalizado a tempo. Havia  
166 assumido a Coordenação de Curso agora no início do corrente ano (de 2017), período esse em  
167 que havia sido disparado tal documento de Memorando nº21/2017- concluiu, em fala, ao pleno o  
168 servidor Ricardo Rechi Aguiar. Na verdade, eu e o servidor Daniel ingressamos na instituição do  
169 IFSP Câmpus São Paulo há cerca de, aproximadamente, um (1) ano. Tal trâmite se deu numa  
170 forma sobremaneira célere, posto que, em torno de seis (6) meses/um semestre já tivemos que  
171 tomar todas as providências necessárias à viabilidade de tal reformulação. As equipes do Núcleo  
172 Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso do Câmpus principiaram a discussão da  
173 referida proposta já no ano passado, em 2016, acerca da necessidade de atualização da proposta  
174 do referido Projeto Pedagógico de Curso a qual tomou rumos de reformulação. Tal processo não  
175 foi finalizado há tempo. Recordo-me de ter recebido um Memorando encaminhado por parte da  
176 área da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do  
177 IFSP e tivemos apenas um semestre para regularizar tal proposta e enviarmos a reelaboração do  
178 curso o qual tínhamos desenvolvido durante o ano passado. Tal proposta seria uma proposta de  
179 cinco anos. Ao ter passado por revisão veio a recepcionar uma série de sugestões/diversas críticas  
180 por parte da CTP do Câmpus São Paulo, inclusive no formato. No mês de abril, recepcionamos  
181 um documento de Memorando por parte da Direção-Geral do Câmpus por meio do qual apontado  
182 que seria muito mais interessante a que a equipe pedagógica do câmpus responsável viesse a  
183 efetuar a atualizar e não reelaborar tal proposta pedagógica de curso, posto o prazo para  
184 reelaboração da referida proposta estar vencido. No final do mês de abril enviado ao CTP do  
185 Câmpus São Paulo e à PRE no mês de maio. Ainda no mês de maio, nos fora encaminhada Análise  
186 Técnico-Pedagógica (ATP) nº001 encaminhada pela Pró-Reitoria de Ensino/Diretoria de  
187 Graduação/ Coordenadoria de Licenciaturas e cerca de dois dias *a posteriori* uma versão parcial  
188 do documento de PPC já contendo atendimento às recomendações/orientações postas nessa  
189 Análise Técnico-Pedagógica (ATP) nº001/DGR/CLIC/PRE. Cerca de 1,5 (um mês e meio) depois  
190 encaminhamos a segunda versão da proposta do documento de Projeto Pedagógico de Curso  
191 (PPC). Aproximadamente, um mês depois recebemos a segunda (2ª ATP) Análise Técnico-  
192 Pedagógica e no dia 15/08 fora encaminhada a terceira versão do documento de Projeto  
193 Pedagógico de Curso vindo tal processo, nesta data, de 21/09/2017, a ser submetido à análise  
194 deste Comitê Técnico-Profissional (CTP) - concluiu, em fala, o servidor Ricardo Rechi Aguiar.  
195 Nesse átimo, a Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre  
196 Aldo Neves, arguiu aos representantes do câmpus se caso estes gostariam de tecer possíveis  
197 considerações adicionais à proposta *sob* exame. Em réplica, os servidores Ricardo Rechi e Daniel  
198 Andrade Moura disseram que não far-se-ia necessário. Em seguida, uma vez encerrado uso da  
199 palavra por parte dos representantes dos câmpus, o Presidente do Comitê Técnico-Profissional,  
200 em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, comentou, brevemente, à plenária do Comitê que  
201 seria procedida leitura/exposição do teor dos documentos de Pareceres Externos elaborados por  
202 parte dos Pareceristas Ana Paula Mijolaro e Huyra Estevão de Araújo. Posta a impossibilidade de  
203 comparecimento por parte desses dois pareceristas, especificamente, à esta oitava sessão plenária  
204 ordinária devidamente justificada junto ao órgão da Secretaria dos Colegiados do IFSP, as  
205 servidoras Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos e Elaine Buzulini dos Santos virão a  
206 proceder a leitura desses mesmos documentos e, sequentemente, será aberta discussão junto à  
207 mesa com vistas a oportunizar a feita de considerações adicionais à proposta em tela- disse ao  
208 pleno o Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo  
209 Neves. Fora cedido uso da palavra à servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos a qual  
210 principiou a leitura das considerações/documento de Parecer Externo elaborado por parte do  
211 Parecerista, Sr.Prof.Dr. Huyrá Estevão de Araújo, do Câmpus Piracicaba do IFSP, que dispunha  
212 sobre a *Análise da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do*  
213 *Câmpus São Paulo*. A servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos comentou que como  
214 "I. Introdução" o referido parecer foi balizado pela análise crítica do documento de Projeto  
215 Pedagógico de Curso (PPC) para um curso de Licenciatura em Física, dentro do contexto da  
216 cidade de São Paulo (localização do câmpus, do perfil do Instituto Federal de São Paulo enquanto

217 instituição de ensino superior e pelas atribuições profissionais atreladas ao licenciado em Física).  
218 Como "II. Considerações Gerais", o curso cumpriria as demandas legais de carga horária, a  
219 demanda social por profissionais os quais disponham de tal formação para /na referida área e não  
220 exclusivamente. A principal justificativa compreendeu a adequação de horas. Sobre o Perfil do  
221 Egresso, o Parecerista Externo do Curso, Sr. Prof.Dr. Huyrá Estevão de Araújo solicitou à equipe  
222 do câmpus que viesse a refletir sobre a seguinte questão: se tal profissional egresso seria à uma  
223 escola ideal ou real? Cabendo considerar nesse item a importância do curso e se caso tal perfil  
224 profissional estaria/seria condizente à profissão, indicando sugestões e/ou necessidade de  
225 mudança no PPC. Acerca do item 7.7 do documento de PPC, relativo aos conteúdos voltados às  
226 relações étnico-raciais, devendo-se o mesmo ser aplicado à Educação Ambiental, amarrar alguns  
227 conteúdos específicos: dependência da cultura e relação com a Astronomia. Instrumentos  
228 Africanos ou Indígenas. Com relação ao item III. Estrutura Curricular, a organização curricular  
229 do curso deseja ressaltar, primeiramente, o mérito da esquematização dos blocos dos núcleos:  
230 Matemática, Física, Física- Educação e Interdisciplinar. O Parecerista Externo do Curso, Sr. Prof.  
231 Huyrá Estevão de Araújo, ressaltou sobre a ausência de disciplinas da área de Matemática no 1º  
232 Semestre do curso, apesar de o entendimento da sociedade, de forma geral, do que significa Física,  
233 Ensino de Física e a atuação de um profissional formado em Licenciatura em Física a qual passa  
234 pela associação imediata com os conteúdos de Matemática. O Perfil do Egresso, provavelmente,  
235 terá nuances dessa visão associada, também, à dificuldade com conteúdos básicos de Matemática  
236 constituintes do currículo do Ensino Médio. Visto ser essa uma realidade *mihi* presente no sistema  
237 educacional brasileiro, far-se-ia um convite à reflexão de como estaria sendo pensada no  
238 documento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a recepção do ingresso no que diz respeito ao  
239 seu histórico com o da Matemática bem como uma possível heterogeneidade dentro do grupo.  
240 Fora, igualmente, sugerido por parte do Parecerista Externo do Curso, a que a disciplina  
241 Introdução à Modelagem Científica, a qual já dispunha, dentro dos seus objetivos, a elucidação  
242 da descrição e modelagem do universo através de gráficos, equações, entre outros, seja posta  
243 dentro do núcleo Matemática para que essa abordagem seja feita por um professor com a formação  
244 para o ensino e diagnóstico de conteúdos da matemática, ou, ainda, que seja colocada dentro do  
245 núcleo Interdisciplinar, com vistas a permitir que o(a) docente de Matemática participe da  
246 disciplina. O Parecerista Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo, comentou não haver a  
247 disciplina de Geometria Analítica no curso, ausência essa incompreensível visto o fato de os  
248 conteúdos correlatos à Geometria e Vetores compreenderem pré-requisitos, em diversas outras  
249 disciplinas como as de Mecânica Aplicada e Eletromagnetismo. O servidor Huyrá Estevão de  
250 Araújo comentou, por intermédio do documento de parecer por ele elaborado, que haveria uma  
251 dualidade em organizações curriculares do Ensino Médio e os Cursos Superiores de Graduação  
252 na área de Física sobre a ordem entre os conteúdos de Ótica e Ondulatória. Fora pontuado por  
253 parte desse Parecerista Externo (Sr. Huyrá Estevão de Araújo) do curso que as duas disciplinas  
254 estariam no mesmo semestre do curso. A despeito de qual compreende a melhor ordem para  
255 aparição/apresentação dos dois conteúdos dentro da formação do profissional, o Parecerista  
256 Externo disporia do entendimento de que far-se-ia necessária a separação dos dois componentes  
257 em dois semestres distintos, o que possibilitaria aos discentes a criação comparativa entre os dois  
258 conteúdos e abordagens de forma sequencial permitindo o amadurecimento na compreensão de  
259 um conteúdo para que o outro seja desenvolvido de forma crítica. Relativo aos componentes  
260 curriculares de Eletricidade e Circuitos e Fundamentos de Eletromagnetismo estas, de acordo com  
261 a análise efetuada por parte do Parecerista Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo, ao se  
262 acompanhar as Estruturas Curriculares (EC) do Ensino Médio, livros do PNLD e livros de  
263 graduação, dispõem de um semestre de separação, não devendo haver hiato entre essas posto o  
264 fato de disporem ambas de conteúdos complementares e haver necessidade de construção de  
265 discussão contínua e crítica no aprendizado e ensino desses mesmos conteúdos, o que seria melhor  
266 viabilizado enquanto vierem a permanecer adjacentes tais disciplinas. Com referência às  
267 disciplinas de Ótica e de Ondulatória, o Parecerista Externo do Curso sugeriu uma permuta entre  
268 tais componentes no decorrer do curso (considerando-se se há excesso ou falta de alguma  
269 disciplina para a formação profissional assim como o quantitativo de aulas e sequência proposta  
270 nos semestres) indicando-se o que depreenderia sugestão e o que seria necessário a ser

271 modificado/alterado no PPC. Para o item “IV. Dos Planos de Ensino das disciplinas”, o  
272 Parecerista Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo ressaltou o mérito dos Planos de  
273 Ensino das Disciplinas de Física, Ciências da Vida e Física e Ciências da Terra. Com relação aos  
274 Planos de Ensino, sugerir-se-ia a adequação de conteúdos para que os conteúdos correlatos às  
275 críticas do item anterior possam ser levados em consideração, mais, precisamente: fora sugerido  
276 a que a disciplina Fenômenos Ondulatórios e o estudo de instrumentos musicais dentro dos  
277 conteúdos correlatos à Acústica por entender que essa é uma forma de contemplação de aspectos  
278 culturais da população brasileira em atendimento à resolução que trata das relações étnico-raciais.  
279 Huyrá Estevão de Araújo comentou, por meio do documento de Parecer tecido à Proposta de  
280 Projeto Pedagógico de Curso que a disciplina Ciência, História e Cultura disporia de mérito em  
281 associar as três temáticas, contudo, conquanto nos objetivos da disciplina, explicitaria a busca por  
282 alternativas às visões eurocêntricas da ciência, o que não seria detalhado no conteúdo  
283 programático. Huyrá Estevão de Araújo sugeriu a inserção de tópicos como Cultura e Ciência  
284 Oriental, Construções e Ciência nas Civilizações Antigas, O paradigma ciência e religião no  
285 contexto não-eurocêntrico, a industrialização e sua evolução com a ciência no contexto dos países  
286 subdesenvolvidos, entre outros. O Parecerista Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo,  
287 sugeriu a inclusão da disciplina Ciência, História e Cultura dentro do núcleo interdisciplinar,  
288 permitindo, dessa maneira, o trânsito com professores das áreas de História, Sociologia, Filosofia  
289 e Geografia. O Parecerista Externo do Curso veio a recomendar a que a disciplina Introdução à  
290 Modelagem Científica viesse a ser colocada como parte do núcleo interdisciplinar (Matemática e  
291 Física). Huyrá ressaltou o mérito da disciplina Física Ciências. Para o item “V. Estágio Curricular  
292 Supervisionado”, o Parecerista Externo do Curso não veio a tecer quaisquer comentários  
293 adicionais aos aspectos dantes já pontuados por meio das Análises Técnico-Pedagógicas (ATP’s)  
294 efetuadas por parte da Diretoria competente (Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de  
295 Graduação) da Pró-Reitoria de Ensino. Para o item VI. Corpo Docente e Infraestrutura, tal  
296 Parecerista Externo viria a dispor do entendimento de que o corpo docente e a infraestrutura  
297 seriam adequados à proposta do curso. O “VII. Parecer” elaborado por parte do Parecerista  
298 Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo foi favorável à aprovação condicional da proposta  
299 condicionada às seguintes observações entendidas como sendo primárias à proposta do curso: que  
300 o conteúdo de Geometria Analítica fique atrelado à alguma das disciplinas seja do Núcleo  
301 Matemática ou em caráter Interdisciplinar: que não ficassem concentradas as disciplinas de Ótica  
302 e Fenômenos Ondulatórios no mesmo semestre do curso e postas/colocadas as disciplinas de  
303 Eletricidade e Circuitos e Fundamentos de Eletromagnetismo em semestres subsequentes do  
304 curso. Encerrada a exposição das considerações elaboradas ao curso pelo primeiro Parecerista  
305 Externo do Curso, Sr. Huyrá Estevão de Araújo, por parte da servidora Marcela Kleiciane  
306 Nascimento dos Santos, veio a ser procedida a leitura dos apontamentos formulados por parte da  
307 segunda Parecerista Externa da proposta, Sra. Prof. Dra. Ana Paula Mijolaro. Parecer Externo  
308 esse o qual versava acerca da *Análise de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de*  
309 *Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo*. Como “I. Introdução”, a Parecerista Externa do  
310 Curso, Dra. Ana Paula Mijolaro, por meio do documento de Parecer elaborado, comentou que no  
311 Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do IFSP Câmpus São Paulo foram  
312 analisados aspectos gerais e específicos baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a  
313 formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura. Equalmente, foram avaliados  
314 aspectos técnicos e pedagógicos observando-se as legislações vigentes e as especificidades de um  
315 curso de licenciatura em Física. Foram utilizadas as recomendações pontuadas nas Análises  
316 Técnicos-Pedagógicas (ATP’s) elaboradas pela Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino  
317 do IFSP e a experiência que tive na reformulação do curso de Licenciatura em Física, Câmpus  
318 Piracicaba, o qual, atualmente, está coordenando. No decorrer do documento de Parecer Externo  
319 formulado por parte da servidora Ana Paula Mijolaro são apontados alguns itens que necessitam  
320 de correções, sendo outros pontos indicados como sendo sugestões, recomendações e reflexões ao  
321 NDE e Colegiado do referido curso no sentido de contribuir para a melhoria deste PPC. Como  
322 “II. Considerações gerais” o curso analisado está implementado e em execução desde o ano de  
323 2001 no IFSP Câmpus São Paulo e atende a política governamental que visa priorizar a formação  
324 de professores, sobretudo nas áreas das Ciências e Matemática, conforme observado na Lei

325 nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, que *Institui a Rede Federal de Educação Profissional,*  
326 *Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá*  
327 *outras providências que prevê a oferta de, no mínimo, 20% das vagas dos Institutos Federais para*  
328 *os cursos de licenciatura com vistas à formação de professores para a Educação Básica. A*  
329 *Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais*  
330 *para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação*  
331 *pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada,*  
332 *normatiza e impõe a necessidade de adaptação aos cursos de Licenciatura já implantados no IFSP.*  
333 *Como o PPC em questão realiza alterações de componentes curriculares e na sequência que os*  
334 *mesmos são ofertados, assim como outras alterações, as mudanças propostas devem ser*  
335 *consideradas como reformulações e deverão seguir os procedimentos estabelecidos pela Pró-*  
336 *Reitoria de Ensino do IFSP. Diante da necessidade de atender às exigências legais e normativas*  
337 *do Ministério da Educação (MEC), a Parecerista Externa da proposta considerou oportuna e*  
338 *necessária a reformulação proposta no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em*  
339 *Física do Câmpus São Paulo. A Parecerista Externa do Curso veio a recomendar as seguintes*  
340 *adequações no sentido de melhorar a versão do documento: a que no item 1.7 do PPC viesse a ser*  
341 *acrescentado na parte da legislação vigente que o curso de licenciatura tenha, pelo menos, 1/5 de*  
342 *sua carga horária em componentes curriculares com dimensão pedagógica, descontadas a carga*  
343 *horária dispensada à prática como componente curricular. Como Justificativa e Demanda de*  
344 *Mercado fora pontuado por parte da Parecerista Externa do Curso estar bem construída,*  
345 *entretanto, que esta Parecerista recomendaria a que houvesse a inclusão do apontamento do*  
346 *número geral de estudantes e professores os quais atuam nas redes públicas e privadas de ensino*  
347 *nos ensinos fundamental e médio das escolas da região para valorizar ainda mais a importância*  
348 *do curso. Como Objetivo Geral, este apresentaria coerência com o perfil profissional do egresso*  
349 *apontado no PPC e com os conteúdos contemplados na Estrutura Curricular proposta. Como*  
350 *objetivo específico este estaria de acordo com as DCN's vigentes. Para o Perfil Profissional do*  
351 *Egresso este estaria de acordo com as DCN's vigentes. Sobre a seção Formas de Acesso ao Curso*  
352 *está encontrar-se-ia correta e contemplaria processos simplificados para o preenchimento de*  
353 *vagas remanescentes. Para o item Organização Curricular, este não estaria de acordo com a*  
354 *legislação vigente no tocante às horas destinadas aos componentes de dimensão pedagógica. No*  
355 *que diz respeito às Correções Ortográficas e de formatação: A Parecerista Externa do Curso*  
356 *recomendaria uma revisão e verificação dos erros ortográficos, de pontuação e concordância*  
357 *como apontado nas páginas 14 (estágio) e 27 (modalidade) e outras como frequência, ideia. Além*  
358 *disso, conforme recomendação do IFSP de 15 de agosto de 2015 para utilização da palavra*  
359 *câmpus e, ao invés de câmpus, conforme fora utilizada no corpo do texto. Para o item "III. Da*  
360 *Estrutura Curricular", com relação ao cumprimento do 1/5 de carga horária do curso ser destinado*  
361 *aos componentes curriculares com dimensão pedagógica, tal Parecerista Externa, Sra. Ana Paula*  
362 *Mijolaro, manifestou discordância com a tabela apresentada pelo câmpus na Página 32 do*  
363 *documento de PPC. Nesta página, constam disciplinas de aspectos instrumentais, a exemplo de*  
364 *Comunicação e Linguagem e Língua Brasileira de Sinais (não utilização de abreviações como o*  
365 *nome dos componentes curriculares) conforme recomendação do modelo de PPC da DGR e outras*  
366 *que, embora tenham uma parte voltada à dimensão pedagógica, está relacionada ao Físico-*  
367 *Educador, especificamente. Dessa maneira, tal Parecerista Externa da proposta reiteraria a*  
368 *recomendação feita por intermédio da Análise Técnico-Pedagógica (ATP) nº002 da Diretoria de*  
369 *Graduação (DGR) da Pró-Reitoria de Ensino em atender à Resolução. Além disso, tal*  
370 *tabela, segundo o verificado pela Parecerista Externa do Curso, apresentaria a carga horária total*  
371 *dos componentes, não excluindo a carga horária destinada à Prática como Componente Curricular*  
372 *(PCC). Ana Paula Mijolaro comentou que para que a Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de*  
373 *2015 viesse a ser atendida sugeriria a inclusão de componentes como Filosofia da Educação,*  
374 *Sociologia da Educação, Gestão Educacional e Educação Especial. A Parecerista Externa do*  
375 *Curso, Sra. Ana Paula Mijolaro comentou, por intermédio do documento de parecer elaborado,*  
376 *que além das disciplinas dantes mencionadas não havia encontrado, salvo engano, algum*  
377 *conteúdo que viesse a trabalhar, especificamente, com os direitos dos adolescentes em*  
378 *cumprimento de medidas socioeducativas, das particularidades inerentes à Educação a Distância.*

379 Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos. A Parecerista Externa do Curso, servidora  
380 Ana Paula Mijolaro, por intermédio do documento de parecer elaborado veio a recomendar,  
381 fortemente, a que viesse a ser procedida a revisão da organização e estruturação curricular para  
382 que as normativas do Ministério da Educação (MEC) fossem efetivamente atendidas e ainda  
383 viesse a ser comportada dentro do período de 8 semestres (4 anos) de curso. Acerca do item "IV.  
384 Dos Planos de Ensino das disciplinas" a Parecerista Externa do Curso comentou, por meio do  
385 documento de Parecer Externo Elaborado, que recomendaria a adequação de formatação dos  
386 Planos de Ensino com as demais partes do texto do documento posto o fato de a fonte utilizada  
387 ser muito pequena quando comparada às outras partes do documento de Projeto Pedagógico de  
388 Curso (PPC). Outra orientação compreenderia a de que cada Plano de Ensino viesse a ficar em  
389 uma página bem como a que fossem inseridas quebras de página antecedendo-se a apresentação  
390 de (os) outro(s) Plano(s) de Disciplina(s). Ana Paula Mijolaro recomendou rever quanto ao  
391 quantitativo mínimo de títulos de Bibliografia Básica e Complementar com vistas a se atender o  
392 número de três obras para a Bibliografia Básica e de cinco obras para a Bibliografia  
393 Complementar ao longo de todos os Planos dos Componentes Curriculares do Curso. A  
394 Parecerista Externa, por intermédio do documento de Parecer elaborado, orientou a que houvesse  
395 a revisão das edições das referências posto muitas datarem dos anos 70,80 e 90 e sua substituição  
396 por novas edições mais recentes (de mesmo título). Para o item "V. Estágio Curricular  
397 Supervisionado", Ana Paula Mijolaro pontuou que a atividade de estágio curricular apresentaria  
398 carga horária adequada e corretamente distribuída nos últimos semestres do curso assim como  
399 estarem apresentados os objetivos de seu desenvolvimento de forma clara e consistente. Nada  
400 obstante a isso, mencionou não ficar claro no texto quais os papéis do orientador de estágio,  
401 professor do componente curricular (o/a qual não, necessariamente, precisaria ser o orientador do  
402 estágio), dado o fato de a coordenação de curso e de estágio articularem as atividades de  
403 supervisão e coordenação. A Parecerista do Curso, Ana Paula Mijolaro assinalou não ter  
404 observado o papel da coordenação de Extensão no estágio supervisionado, que o PPC  
405 apresentaria os aspectos e atividades os quais deveriam ser desenvolvidos ao longo da realização  
406 dessa atividade (do estágio) e que não seria apresentada a existência de convênios, por  
407 conseguinte, não possíveis de serem avaliados em seu Parecer. Relativo ao item "VI. Corpo  
408 Docente e Infraestrutura", Ana Paula Mijolaro comentou ser diversificado e contemplar as  
409 diversas áreas presentes no curso, além de ser composto em sua grande maioria por mestres e  
410 doutores. Quanto à Biblioteca, conforme análise viabilizada dos Planos dos Componentes  
411 Curriculares do Curso, a maioria das disciplinas atenderia ao requisito de, ao menos, três (3)  
412 títulos de Bibliografia Básica e cinco (5) títulos de Bibliografia Complementar. Para o item  
413 "VII. Parecer", a Parecerista Externa do Curso, Sra. Ana Paula Mijolaro manifestou-se favorável  
414 à aprovação da proposta de reformulação do curso em tela desde que as adequações apontadas  
415 viessem a ser realizadas, tendo dito, por meio do documento de Parecer Externo elaborado à  
416 proposta, que as sugestões e recomendações por ela tecidas seriam postas à verificação/análise do  
417 Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Física do  
418 Câmpus São Paulo. Uma vez finalizado o trazimento das considerações tecidas por parte dos  
419 Pareceristas Externos à Proposta de Reformulação do Curso Superior de Licenciatura em Física  
420 do Câmpus São Paulo, a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos comentou à  
421 mesa/pleno do Comitê que além dos referidos documentos fora, igualmente, elaborado  
422 documento de Análise Técnico-Pedagógica (ATP) por parte do órgão da Diretoria de  
423 Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP  
424 (DGR/CLIC/PRE/IFSP), por meio da qual, em primo ponto, descreveria, sumariamente,  
425 acerca das etapas fases de trâmite/análise da proposta *sob* exame; por meio da qual pontuado que  
426 a proposta do alegado Projeto Pedagógico de Curso atenderia à legislação da educação nacional  
427 e dispositivos/normativos institucionais vigentes, contudo, ainda necessitando da feitura/  
428 necessidade de proceder as seguintes adequações (traremos, nesse momento de discussão do  
429 projeto apenas as principais/ mais relevantes, inclusive): (1) Recomendar-se-ia ampliar as seções  
430 do PPC voltadas à tratativa dos Temas Transversais Educação das Relações Étnico- Raciais,  
431 História e Cultura Afro-Brasileira e Educação Ambiental conforme apontamentos constantes no  
432 documento de Análise Técnico- Pedagógica (ATP) nº001 da Coordenadoria de Licenciaturas da

433 Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (CLIC/DGR/PRE/IFSP), em que  
434 sejam inclusas Bibliografias Básica e Complementares (correspondentes) nos Planos de  
435 Ensino:(2)Rever a seção/texto própria(o) à atividade de Estágio Curricular Supervisionado, visto  
436 o fato de ser indicada dupla docência aos componentes curriculares do curso os quais dispõem de  
437 interfacê/articulação junto a essa mesma atividade de Estágio Curricular Supervisionado, porém,  
438 para esse componente, a Estrutura Curricular (EC) do Curso não vem a serem previstos dois (2)  
439 docentes para esses componentes, tendo rememorado ao câmpus interessado/ requerente/  
440 protocolizante da proposta que não caberia orientação de tal atividade nesse(a)s componentes  
441 curriculares/disciplinas. Segundo a ATP elaborada por parte do órgão da Coordenadoria de  
442 Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP (CLIC/PRE/IFSP), ainda, far-se-ia necessário  
443 explicitar a articulação das etapas próprias à atividade de Estágio Curricular Supervisionado com  
444 suas respectivas disciplinas articuladoras. Para um melhor acompanhamento, faz-se/é necessário/  
445 importante bem definir os componentes e os conteúdos desses mesmos componentes curriculares  
446 nos planos e que tais conteúdos façam correspondência com a respectiva etapa de realização da  
447 atividade de estágio curricular profissional supervisionado nos planos- ver Análise Técnico-  
448 Pedagógica (ATP) nº002/CLIC/PRE/IFSP. Relativo aos componentes curriculares de dimensão  
449 pedagógica, assim como o que veio a ser pontuado por parte da Parecerista Externa do Curso,  
450 Sra. Ana Paula Mijolaro, igualmente, manifestamos discordância no que diz respeito ao que foi  
451 apresentado pelo câmpus. Não que venhamos a discordar sobre pura, aleatória e simplesmente,  
452 acerca do que compreende a dimensão pedagógica dentro de um determinado curso. Conforme a  
453 tabela apresentada não prevê corresponde/prevê totalmente o cumprimento da carga horária  
454 necessária a esse 1/5 (um quinto), sendo necessário o cumprimento de ao menos um quinto da  
455 carga horária total do curso dedicada às dimensões pedagógicas. A Coordenadoria de  
456 Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP recomendaria, ainda,  
457 rememorar ao câmpus que tudo o que viesse a constar vinculado em relação à formação da  
458 competência pedagógica e seus fundamentos teóricos, excetuando-se a Prática como Componente  
459 Curricular (PCC) e o Estágio Curricular Supervisionado podem ser contabilizados. Então o  
460 grande erro o qual a grande parte dos cursos vem a cometer compreende que a Prática como  
461 Componente Curricular vem a ser, quase sempre, colocada dentro desse um quinto (1/5), nada  
462 obstante a isso, a Prática como Componente Curricular (PPC) já dispõe de predestinação ao curso  
463 não podendo ser contada duas vezes. Tal PPC possui caráter prático e de aplicação. Quando  
464 falamos de componentes de dimensão pedagógica estamos falando em fundamentar a  
465 competência pedagógica em termos teóricos. Fora elaborada por nós uma Tabela por intermédio  
466 da qual vieram a ser considerados os aspectos pontuados/apresentados pelo câmpus os quais  
467 poderiam contar/compor tal dimensão pedagógica e a carga horária correspondente excetuando-  
468 se a Prática como Componente Curricular (PCC) a qual não seria contabilizada. Os componentes  
469 listados: Ciência, História e Cultura; Física no Cotidiano; Introdução de Educação da Ciência (o  
470 qual já contabiliza dimensão pedagógica, não obstante, para que possa ser contado deve ser  
471 revisto) poderiam compor carga horária própria à dimensão pedagógica, contanto, precisariam ser  
472 revistos no sentido de substanciar mais a incorporação dos saberes em Educação posto o fato de  
473 serem, predominantemente, herméticos nas áreas da Física e das Ciências da Natureza, logo,  
474 alguns componentes podem vir a ser/compor tal dimensão pedagógica caso sejam adaptados: Far-  
475 se-ia, igualmente, necessário a que os títulos próprios aos componentes de dimensão pedagógica  
476 viessem a fazer essa referência, posto que, por vezes, ao ser apresentada a Estrutura (Organização)  
477 Curricular do curso poderia ser dito que Física do Cotidiano, para exemplificar, poderia compor  
478 tal dimensão pedagógica, entretanto, não ficaria clarificada/evidenciada tal questão no documento  
479 do PPC, que este caráter pedagógico já esteja presente (no título da disciplina). Com vistas à  
480 complementação dessa carga horária própria à dimensão pedagógica, já que esta compreenderia  
481 uma carga horária a qual necessitaria ser revista por parte da equipe do câmpus responsável pela  
482 proposta, bem como considerado o dantes apontado por meio de Análise Técnico-Pedagógica  
483 emitida por parte do órgão da Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP,  
484 seria necessária a revisão de aspectos do curso os quais não viriam a substanciar uma formação  
485 pedagógica sólida nem profissionalizariam, adequadamente, o (a) futuro(a) docente. Dentre esses  
486 aspectos, verifica-se a ausência e/ou uma abordagem superficial dada aos fundamentos das

487 Ciências da Educação em se tratando, por exemplo, de Filosofia e Sociologia, questões  
488 imprescindíveis à profissionalização dos futuros profissionais os quais devem entender acerca das  
489 relações da Educação com o Estado e a escola em sua integralidade com a sociedade– disse à  
490 mesa a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Tal tempo poderá ser dedicado ao  
491 aprofundamento de atividades vitais à profissionalização dos futuros docentes egressos como as  
492 Teorias do Currículo e Avaliação, os quais constam no documento de PPC, porém,  
493 superficialmente. Do mesmo modo, a Educação Especial enquanto modalidade própria com suas  
494 especificidades, inclusive ao ensino de Física não consta abordada. A Gestão Escolar seria um  
495 pressuposto da formação do professor presente nas Diretrizes Curriculares, entretanto, a qual  
496 pouco ou nada aparece no PPC. A importância e os Balizadores da Educação de Jovens e Adultos  
497 também são apresentados de forma muito perene na proposta. De modo geral, para que haja o  
498 qualitativo atendimento à ampliação dessa carga horária própria à dimensão pedagógica do curso,  
499 se faz necessário um melhor agrupamento em termos teórico-conceituais tendo em vista a  
500 Educação enquanto Ciência e Campo de Conhecimento próprio. Tal agrupamento não separaria  
501 saberes, pelo contrário, daria consistência à formação a partir de um tratamento mais qualitativo  
502 desses temas que, por sua vez, seriam/configurar-se-iam como sendo direitos aos estudantes da  
503 referida proposta (dum Curso Superior de Licenciatura). Foram feitos por parte da Coordenadoria  
504 de Licenciaturas da Componente Curricular (PCC), vem a se fazer necessário a que conste  
505 indicado Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino alguns apontamentos com relação aos  
506 Planos de Ensino. Para todos os componentes com carga horária de Prática como em cada um dos  
507 respectivos Planos de Disciplinas de forma explícita e, devidamente, articulada aos objetivos e  
508 conteúdos programáticos. Para o Plano do Componente Curricular Direitos Humanos em  
509 Educação, far-se-ia necessário melhor fundamentar o que seriam tais direitos bem como seus  
510 respectivos contextos. Ainda, para este mesmo plano, far-se-ia corrigir certa desconexão entre os  
511 objetivos e a ementa de Cultura, Política e Formação de Professores. O plano a ser produzido não  
512 seria mais adequado e coerente se caso fosse abordado em um componente de prática de ensino?–  
513 arguiu aos representantes do câmpus a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. No  
514 Plano do Componente Curricular Estatística aplicada à Ciência Educação, no trecho em que se lê:  
515 [...] das análises quantitativas e qualitativas aplicadas à Educação e na Ciência[...] já é possível  
516 perceber a diferença de tratamento com relação à área da Educação. Já é um pressuposto que a  
517 Estatística seria aplicável à outras ciências dentre as quais já estaria inclusa a da Educação assim  
518 como a Ciência da Educação. No Plano do Componente Curricular Política e Estrutura de Ensino  
519 no Brasil faz-se necessário excluir menção à atividade de estágio curricular profissional  
520 supervisionado. Vem a ser preferível adaptar o componente Tecnologias Digitais de Informação  
521 e Comunicação para Ensino de Física e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação,  
522 incluindo-se a caracterização do ensino a distância, enquanto modalidade, o qual vem a dispor de  
523 legislação e especificidades próprias enfatizando seu caráter de fundamentos para o uso de  
524 tecnologias no ensino de Física. Essa última compreenderia uma sugestão a qual poderia ser  
525 aplicada a um componente curricular já existente de modo a que o câmpus possa pensá-la como  
526 fundamento da Pedagogia. Far-se-ia necessário retificar/corrigir ao longo dos Planos de Ensino  
527 do Curso conteúdos os quais se repetem de acordo com o item 11 desta mesma Análise Técnico-  
528 Pedagógica (ATP) o qual compreende a necessidade de reorganização da proposta no que tange  
529 em verificar o que vem a ser pedagógico nesta a exemplificar-se da formação de professores a  
530 qual passa por alguns componentes curriculares (do curso) com quase a mesma abordagem. Partes  
531 da disciplina História da Educação e Fundamentos da Educação e Política e Estrutura do Ensino  
532 no Brasil, neste último, faz-se necessário excluir menção à atividade de estágio. Faz-se necessário  
533 observar a proximidade entre Epistemologia e Ensino da Ciência; Ciência, História e Cultura,  
534 Introdução ao Ensino e Divulgação da Ciência. Faz-se, igualmente, necessário melhor especificar  
535 o trabalho com o componente Educação Científica e Prática Docente. Há conteúdos que dizem  
536 mais respeito aos fundamentos da educação e formação de professores, componentes curriculares  
537 esses os quais já existem, do que Metodologias e/ou Práticas de Ensino propriamente ditas como  
538 sugere tal título. Muitos planos são herméticos mais voltados à um curso superior de bacharelado  
539 do que de Licenciatura, sendo necessário rever a concepção dessa formação de docentes à luz de  
540 suas Diretrizes Curriculares. À vista do exposto, esta Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria

de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP encaminha o PPC do curso de Superior de Licenciatura em Física do Câmpus São Paulo para apreciação por parte deste Comitê Técnico-Profissional (CTP) ficando condicionado o trâmite junto às instâncias superiores ao cumprimento do descrito neste parecer para adequação às demandas curriculares para os cursos superiores de licenciatura. Encerrada fala por parte da servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos, o Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, Prof. Alexandre Aldo Neves, abriu palavra aos membros da mesa a fim de que pudessem tecer suas observações/ponderações acerca da proposta em tela. Veio a ser cedido uso da palavra ao Membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o qual veio a tecer algumas recomendações à proposta. O membro do Comitê Técnico-Profissional do IFSP comentou que a (1) Estrutura Curricular do Curso estaria excelente visto o fato de que dentre cinco (5) matérias no 1º Semestre do curso, três (3) seriam apresentadas/descritas como “Introdução [...]”, fato esse o qual contribuiria para evitar ou decrescer aos índices de evasão. O membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, aproveitou o ensejo a fim de arguir à equipe do câmpus como esta trataria a tal assunto. Fora recomendada a atualização das datas das edições dos títulos/obras de (2) Bibliografia Básica relativos aos anos de 1975, 1979, 1980, 1982, 1983, 1985, 1986, 1988, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. (3) Ao componente curricular Física Atômica e Molecular, fora sugerido a que o câmpus/a instituição viesse a promover uma visita ao acelerador de partículas atômicas da Universidade de São Paulo (USP). (4) Houve recomendação quanto à abordagem do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos introduzida pela Lei nº12.305, de 02/08/2010, que *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos* introduzida pela Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências* como do Marco Regulatório através do Decreto –Lei nº7.404, de 23/12/2010, que *Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências* o qual dispõe de interface com a Lei nº11.445, de 05/01/2007, que *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº6.528, de 11 de maio de 1978 e dá outras providências* e a Lei nº9.605, de 12/02/1998, que *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*; de tal maneira que se atenda à Lei nº9.795, de 24/04/1999, que *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*, quando do início/apresentação da proposta em que mencionado haver referência para a Educação Ambiental, porém não consta direcionamento para tal assunto bem como (5) a que houvesse a inclusão de abordagem de conteúdos voltados à sustentabilidade. Nesse âmbito, o Membro do Comitê Técnico-Profissional Sr. José Luiz Borges Andreoli veio a comunicar à Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, Prof. Alexandre Aldo Neves, a que entregaria três volumes de obras formuladas pela Universidade Cidade de São Paulo (USP) os quais ainda não teriam sido publicados como livros relativos ao tema/rumos das políticas ambientais lançados no mês de junho do corrente ano por parte do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, todos lançados em versão digital e com livre acesso por parte de quaisquer interessados intitulados: (1) *Política Nacional de Resíduos Sólidos: Avanços e desafios de implementação e monitoramento* organizado por Gina Rizpah Besen, Pedro Roberto Jacobi e Luciana Freitas; (2) *Água e Sustentabilidade – Desafios, perspectivas e soluções* de autoria de Pedro Roberto Jacobi e Edson Grandisoli e (3) *Conhecimento Interdisciplinar, Governança Ambiental e Sociedade* do organizador Pedro Roberto Jacob. O Membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli disse ter tido autorização para impressão das obras encadernadas trazidas ao IFSP por parte da Universidade de São Paulo (para maiores informações vide ao link: <<http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/novos-livros-gratuitos-discutem-rumos-das-politicas-ambientais/>>) de forma a que pudessem auxiliar quanto à formulação de diretrizes no campo/área do Ensino envolvendo tal temática e/ou fossem distribuídos/replicados

aos diversos câmpus do IFSP com vistas a compor o acervo bibliográfico de cada unidade/câmpus. O Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves veio a agradecer ao membro do órgão, Sr. José Luiz Borges Andreoli, pela ação em nome da Presidência do Órgão, Magnífico Sr. Prof. Eduardo Antônio Modena e Pró-Reitor de Ensino, servidor Reginaldo Vitor Pereira tendo dito ser latente a questão ambiental a qual, por vezes, não tem recebido a devida atenção em nível mundial. Ora, fora requerido breve uso de fala por parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Giuseppe D' Agostino, o qual comentou à mesa que a própria configuração da grade curricular/ Estrutura Curricular da proposta/do curso *sob* exame deveria atentar/cuidar quanto à existência ou não de pré-requisitos e precedências quanto à aprendizagem dos conteúdos por parte dos discentes do curso, especialmente, lembrando nós que esta compreenderia a oferta de um curso Superior de Licenciatura e não a de um Curso Superior de Bacharelado. Nesse átimo, o servidor Ricardo Rechi Aguiar veio a arguir à Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves se caso haveria possibilidade/direito de resposta ao comentado/pontuado por parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Giuseppe D' Agostino. Em retorno, o servidor Alexandre Aldo Neves disse que sim, haveria a possibilidade de tal réplica. Há alguns componentes que dependem de conhecimentos prévios da área da Matemática os quais os estudantes necessitariam dispor para virem a proceder curso dos demais na Grade- retomou, em fala, o membro do Comitê Técnico- Profissional, Sr. Giuseppe D'Agostino. Em resposta, o servidor Ricardo Rechi Aguiar comentou aos membros do Comitê Técnico-Profissional e demais presentes que a proposta pedagógica de curso em sua estruturação atual já viria a principiar com dispondo da oferta do componente curricular Cálculo- Matemática Aplicada à Ciência. O índice de repetência desse curso hoje seria de, aproximadamente, da ordem setenta por cento (70%), pelo menos, nos últimos, quatro (4) semestres verificados por nós. Comecei a lecionar/ministrar aulas ao longo dos últimos três (3) semestres no curso, e, inclusive, junto à anterior coordenação de curso a qual lá estava, vi que havia uma preocupação muito grande com relação a isso. O que propusemos foi começar a oferta do componente curricular Matemática a partir do 2º Semestre do curso. Quanto ao componente curricular de Introdução à Modelagem, fora pensado de forma interdisciplinar envolvendo Física e Matemática, porém não houve tempo hábil de conversarmos junto à equipe do câmpus acerca dessa proposta/ da possibilidade de isto estar acontecendo. Estaríamos, inclusive, colocando as disciplinas tal disciplina mais voltada ao Eixo da Física que da Matemática. Na linguagem da Física, conseqüentemente, falamos da resolução de problemas utilizando Matemática na área da Física. Esta seria, igualmente, uma disciplina introdutória junto às/unindo as áreas da Física e da Matemática. Tais disciplinas, as quais disporiam de um caráter introdutório, dariam certo "fôlego" no que diz respeito à possibilidade de os recém-ingressos ao Curso Superior de Graduação (e, conseqüentemente, egressos do Ensino Médio) se apropriarem em tempo adequado dos conhecimentos base necessários à aprendizagem de outras disciplinas do curso bem como superarem as dificuldades inerentes/naturais ao aprendizado da área da Matemática. Ao modificarmos isto, inclusive, entendemos a ótica/análise/crítica feita pelo membro do Comitê Técnico-Profissional do IFSP, Sr. Luiz Borges Andreoli, no momento em que este diz que Eletricidade e Eletromagnetismo deveriam ser apresentados/organizados sequencialmente na Estrutura Curricular do Curso, tal Matemática, a qual está presente nos componentes curriculares 3º e 4º Semestres. Somos, verdadeiramente, apaixonados pela proposta. Fomos convidados, inclusive, para apresentarmos tal proposta na Universidade Cidade de São Paulo (USP). Por ser um curso voltado à área da Educação deve haver bastante cuidado com relação à sua formulação/reformulação. Tivemos, inclusive, oportunidade de participar da comissão de reformulação a qual lá está. Quando um atendente atuante em *Bussiness Process Outsorcing (Call Centers)* vem a dispor de remuneração superior à um egresso de curso superior de licenciatura, isso vem a configurar-se em um possível problema. Uma das premissas do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso vem a compreender a de que não haja pré-requisitos- disse à mesa o servidor Ricardo Rechi Aguiar. Nossa orientação aqui na Pró-Reitoria de Ensino vai em direção, justamente, em não dever haver pré-requisitos- disse aos representantes do câmpus/ da proposta a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Ao analisar/verificar mais minuciosamente a configuração do documento de Estrutura/Grade

Curricular do Curso pode notar a existência de alguns pré-requisitos a exemplificar-se de sequências as quais demandariam de diversos conhecimentos da área da Matemática vindo a ser preocupante a metodologia que /o modo como seria utilizada/ministrada junto aos discentes do curso- comentou aos representantes da proposta/ do câmpus o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Finalizada a discussão da proposta junto aos representantes do curso, o corpo do Comitê Técnico-Profissional veio a proceder a fase de deliberação da proposta. O Curso da forma como atualmente estruturado estaria mais direcionado à organização própria a um Curso Superior de Bacharelado do que a uma Licenciatura, não correspondendo ao disposto/previsto na Resolução CNE/CP nº2/2015- expôs ao pleno a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. O servidor Alexandre Aldo Neves, Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, comentou aos representantes do câmpus que seria principiada a fase de deliberação da proposta por parte dos membros do Comitê Técnico-Profissional, demandando a que estes viessem a se retirar, temporariamente, da sala em que desenvolvidos os trabalhos dessa data. A servidora Marcela Kleiciane dos Santos comentou que tal curso viria a ser reformulado de modo a atender ao disposto na Resolução CNE/CP nº 2015. Até então tal proposta estaria sendo tramitada como uma atualização e não reformulação da proposta pedagógica de curso. Houve uma prorrogação de prazo para que esses cursos viessem a se adequar a tal dispositivo legal. Encerrado o uso da palavra por parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o Comitê Técnico-Profissional emitiu as seguintes determinações ao curso: 1. Atender às recomendações dos Pareceristas Externos do Curso, Sra. Ana Paula Mojilero e Sr. Huyrá Estevão de Araújo; 2. Atender às determinações da Diretoria de Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino (DGR/CLIC/PRE). Em termos de conteúdos a serem abordados (durante o curso) e carga horária tal proposta não atende à legislação da educação nacional- disse aos presentes a servidora Elaine dos Santos Buzulini. Há uma série de apontamentos que foram feitos os quais vem a se fazer em extremo necessários à proposta/para que o curso se adeque ao que a legislação (Diretrizes Curriculares Nacionais próprias ao nível e modalidade de ensino) discorre (m). Tanto no que diz respeito ao aspecto de carga horária como com relação aos conteúdos a serem ministrados no decorrer da proposta no que tange à formação pedagógica, dado o fato de estarmos diante de um Curso Superior de Licenciatura na área de Física e, nada obstante a isso, voltado à formação de professores, sobretudo, os quais virão a atuar com a Educação Básica. De fato, numa primeira análise/olhar, encontramos/ nos deparamos com essa dificuldade, em identificarmos, de fato, tal formação de professores para atuarem na Educação Básica em seus diversos níveis e modalidades. Nesse sentido, por conseguinte, veio a ser deliberado a que o curso busque atender às recomendações/orientações/sugestões apontadas por intermédio dos dois documentos de Pareceres Externos, do Parecer/Análise Técnico-Pedagógica efetuada por parte do órgão da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino e do documento de Parecer a ser emanado por parte deste Comitê Técnico-Profissional e seus anexos vindo a retornar, em encaminhamento, à nova apreciação por parte deste Comitê. A recomendação seria a de que tal curso não viesse a prosseguir em tramitação junto ao Conselho Superior do IFSP mas sim retornasse à este pleno para nova análise – disse ao pleno o servidor Alexandre Aldo Neves, Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício. Nesse instante, os representantes do câmpus agradecendo a oportunidade, se ausentaram da sala em que desenvolvidos os trabalhos desse dia. O Comitê Técnico- Profissional decidiu que o Projeto Pedagógico de Curso, juntamente às considerações feitas neste parecer, deverá retornar à reanálise/reapreciação por parte deste Comitê Técnico-Profissional. Fora dado seguimento à abordagem/discussão da proposta de Reformulação para o 1º Semestre de 2018 relativa ao **2. Curso Superior de Licenciatura em Letras do Câmpus São Paulo- Processo nº23306.008144.2016-41/ Horário:14:00h.** O Projeto Pedagógico de Curso foi apresentado pelos servidores Charles Borges Casemiro, Carla Souto e equipe do câmpus. O servidor Charles Borges Casemiro, preliminarmente, saudando a todos os presentes assim como agradecendo a oportunidade de fazer defesa da proposta, veio a comentar que o curso em tela teria sido estabelecido desde o ano de 2013, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Educação no ano de 2016. Tal proposta atingiria, nesse mês, durante o reconhecimento do curso, nota máxima quando

da avaliação do MEC/INEP e, em função de atendimento às determinações legais do MEC em vigor, submete-se a reformulação do curso, da grade horária, especificamente, para atender à primeira necessidade de aumento/ampliação (dessa mesma carga horária), de, aproximadamente, duas mil e novecentas horas (+/- 2.900h) para a de três mil e duzentas horas (3.200 h) solicitadas. O referido curso dispõe de três mil quatrocentos e sessenta e cinco horas (3.465h). Tendo em vista que precisava atender às porcentagens que dizem respeito às práticas pedagógicas e outras disciplinas específicas ao curso (de formação na área de Letras). Ademais, procuramos garantir a mesma qualidade de curso principiado em oferta assim como manter algumas convicções iniciais: a primeira de que seria um curso organizado ao longo de quatro anos, curso esse público, gratuito e de extremada qualidade à ser ofertado no arranjo *locorregional* e produtivo em que se insere o câmpus (sendo o IFSP uma instituição pública); uma demanda a qual, no Estado de São Paulo, tem aumentado em função do número de vagas ofertadas nessa área e nível de ensino o qual tem diminuído progressivamente (cada vez mais). Quando do início da oferta do curso no ano de 2013, nós tínhamos aqui no Estado de São Paulo oitocentos e sessenta e cinco vagas (865 vagas) ofertadas/oferecidas, unicamente, pela Universidade de São Paulo (USP). Passado o ano de 2013, a USP como única universidade pública do Estado de São Paulo veio a diminuir esse quantitativo/número de oferta, atingindo-se o numérico de quinhentas e noventa e quatro vagas (594 vagas) no ano corrente (de 2017). Ao somarmos a oferta da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), do IFSP com quarenta (40) vagas, nós terminamos por não alcançar o número/quantitativo de vagas ofertadas no ano de 2013. Entendemos, portanto, que o curso dispõe de papel fundamental com vistas a atender uma demanda latente de formação docente na área de Língua Portuguesa na cidade de São Paulo. Especialmente, com essa reformulação da proposta pedagógica de curso pretendemos configurar/ratificar uma crítica. Efetuamos variadas comparações entre tal proposta pedagógica de curso e o desenvolvido pela USP, com relação a concebermos tal curso numa outra maneira/forma, a qual deve ultrapassar o limite de uma formação organizada em três (3) anos de duração com mais um (1) de formação pedagógica. Inclusive/Ao contrário, nossa equipe do câmpus não acredita nessa ideia, mas, plenamente, que tal formação deve dispor de práticas pedagógicas e de formação específica desde o primeiro ao último semestre da proposta/do curso. Acreditamos que a proposta de Estágio deve estar articulada à proposta do curso, à escola pública, entre outros aspectos, enfim, para que o curso disponha não somente de possibilidades formativas teóricas como práticas e efetivas com vistas a atuação profissional do(s) egresso(s) na área. A reformulação da proposta pedagógica do curso tida agora em mente, hoje apresentada à essa mesa, visa ratificar essa qualidade e pretensões tidas desde o ano de 2013/princípio de seu oferecimento, o que compreende oferecer à cidade a possibilidade de um Curso Superior de Licenciatura na área de Letras, público, gratuito e de qualidade e que assevere essa formação teórico-prática docente, que os egressos da proposta disponham de compromisso social, com a escola pública, com a formação qualitativa dos estudantes do Nível/ Ensino/ da Educação Básico(a), utilizando-se, eficientemente, de todos os recursos, dos discursos, dos gêneros ligados à Língua Portuguesa e a formação cultural. Privilegiamos muito tal formação cultural numa bagagem sólida, tanto que, a proposta, de forma como concebida, prevê três linhas temáticas: a Literatura Brasileira (com a qual variadas universidades trabalham), a Literatura Portuguesa e a Literatura Ocidental, o grande diferencial da proposta. O curso trabalha essas três linhas temáticas a partir de uma "linha histórica" a partir da Literatura Ocidental vindo a acrescentar as demais literaturas de todas as épocas. Há, também, uma formação bastante sólida na área de Linguística, o qual se constitui em um outro diferencial em nosso curso superior de licenciatura. Um curso superior de licenciatura comumente visto em São Paulo oferece uma formação com introdução à Linguística, isto é, a ciência que trata das linguagens. Em nossa proposta pedagógica de curso, viríamos a dispor de disciplinas/componentes curriculares específicos a um Curso Superior na área de Linguística, como se os estudantes viessem a cursar, parcialmente, o curso na referida área, vindo a dispor de ampla bagagem teórica seja para pensar/refletir sobre a própria Língua, o Ensino sobre a Língua, refletir sobre a Prática do texto acadêmico, sendo, igualmente, necessária em um curso de formação de professores, posta a necessidade de tais futuros profissionais (docentes) virem a dispor da necessidade de planejarem suas aulas (objetivos, conteúdos a serem utilizados,

bibliografias, entre outros aspectos), pensarem quanto aos aspectos didáticos, recursos a serem utilizados, possam, também, participar/estarem engajado(a)s com atividades de pesquisa e extensão, entre outros. Tal proposta privilegia, bastante, aos três aspectos voltados ao tripé do ensino, pesquisa e extensão. Para isto, esse aspecto da Linguística favorece bastante ao pesquisador em nossa área. Finalmente, sobre a parte de produção e interpretação de textos, de fato, trabalhamos com a teoria de gêneros, o que há de mais atual e que possibilita aos docentes o trabalho com a Língua Portuguesa em seus gêneros todos em sala de aula. Atendendo a tais demandas legais no que diz respeito a prevermos a oferta de Educação Inclusiva, e que esteja atenta à todas as diferenças sociais, devendo nós sermos acolhedores com relação à toda essa diversidade bem como democráticos em torno desse sentido, tal curso tem visado atender tanto à lei, previsão documental e, principalmente, prática. Logo, tal acolhimento não se dá tão somente em decorrência de a legislação o exigir, mas sim, por fazer parte, em concepção, da proposta “ideológica”, pedagógica/metodológica do curso *sob* exame. Tal proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) “amadureceu” durante o processo/período do reconhecimento do curso, tendo sido verificados todos os possíveis “limites” e/ou pontos os quais poderiam ser revisitados, revistos, aperfeiçoados e/ou corrigidos (dentro das especificações legais). O curso foi ainda mais adequado às demandas sociais as quais cremos que temos o poder-dever de atender/contemplar-concluiu, em fala, o servidor Charles Borges Casemiro. Charles Borges Casemiro veio a arguir à servidora Carla Souto, membra do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Professora na área de Literatura Ocidental desse curso, se caso essa representante da proposta gostaria de tecer possíveis considerações adicionais acerca do exposto. No que diz respeito à disciplina de Literatura Ocidental, a qual vem a configurar-se como um diferencial competitivo da Proposta Pedagógica do Curso em tela, focamos/temos a intenção de focar a formação de repertório dos estudantes os quais, por vezes, ingressam em curso/na grade apresentando distintos níveis de formação/bagagem cultural a exemplificar-se de alguns os quais leram *Odisseia* no oitavo (8º) ou nono (9º) ano do Ensino Fundamental e outros os quais não saberiam do que se trata. Logo, todos os estudantes começarão a aprender Literatura deste os gregos até a contemporaneidade, articulando a Europa, Grécia, Roma até países como a Nicarágua, Cuba, entre outros. Conforme transitando/andando nessa linha do tempo, seriam abordados todos os demais países. O curso compreenderia a Literatura Ocidental visto haver questões histórico-culturais presentes em nossa própria sociedade (nossa pertinência no que diz respeito às literaturas Portuguesa e Brasileira). Este diferencial da proposta fora muitíssimo elogiado pelos avaliadores do MEC quando do procedimento de reconhecimento de curso, os quais acataram essa proposta de curso. Os egressos do curso adentram ao mercado/mundo de trabalho vindo a dispor de uma bagagem/repertório bastante diferente podendo vir a ministrar aulas nas áreas de Literatura Portuguesa e Brasileira, vindo a dispor de entendimento, por exemplo, da influência de *Chateaubriand* na poesia romântica brasileira, a influência de *Balzac*, de *Flaubert*, ou seja, de tudo o que aconteceu e influenciou a Literatura Brasileira e a Portuguesa, inclusive, a própria inter-relação entre as Literaturas Brasileira e Portuguesa. O curso em determinados momentos vai articulando, posto que em todo semestre haveria um mesmo momento histórico acontecendo, paralelamente, em três disciplinas-concluiu, em fala, a servidora Carla Souto. Gostaria de complementar apenas um dado- disse à Presidência do Comitê Técnico- Profissional, em exercício, o servidor Charles Borges Casemiro. Há um dado *mui* importante, absolutamente definitivo, o qual justifica nossa presença em oportunidade dessa reunião ordinária deste Comitê nesta data como virá a justificar quando da realização de outra (s) subsequente (s). Temos do primeiro (1º) SISU até este momento a inscrição[...], no primeiro (1º) ano do SISU tivemos um total de três mil trezentos e trinta e quatro (3.334) candidatos tendo havido uma Lista de Espera de *hum* mil e quatorze (1.014) candidatos, o que vem acontecendo/multiplicando. Chegamos ao ano de 2016 com seis mil e setecentos e setenta e quatro (6.774) candidatos para as quarenta (40) vagas que temos/dispomos, tendo ficado com uma lista de espera de dois mil e trezentos (2.300) candidatos, fato esse que embasa nossa oferta, tal demanda sobremodo significativa na localidade, o que tende a ser ainda mais crescente. Nosso câmpus pretende/objetiva a que, em breve, haja a oferta de outros cursos em mesma área/Eixo de Oferta de modo a abarcar/ atender a essa procura/solicitação. Nossa equipe ficou sobremodo feliz ao saber que haveria a oferta de Curso Superior de Letras no Câmpus Pirituba

do IFSP. Procuramos, igualmente, abraçar essa(e) causa/propósito e a todo momento em que pudermos nos colocar à disposição de fazer com que mais vagas sejam ofertadas pelo IFSP nessa área/Eixo/Nível de Ensino (Letras), em outras Línguas, o que, inclusive, seja, talvez, nosso caso, nosso câmpus comunica/informa estar, inteiramente, disposto a cumprir tal objetivo. Nosso curso se dispõe a essas causas, em função, exatamente, dessa demanda. Estamos com a proposta de permanência de oferta da proposta, de seu aperfeiçoamento, de sua reformulação/melhoria com intuito ao atendimento dessa efetiva demanda locorregional concreta (ademais, dispomos de variados dados comprobatórios acerca). Dispomos hoje no Câmpus São Paulo do IFSP dentro do Departamento de Ciências e Humanidades e da *sub* área de Códigos e Linguagens, de corpo docente permanente /força de trabalho em suficiência/compatível/plena ao desenvolvimento da proposta (há, inclusive, planilhamentos os quais podem evidenciar sobre). Em termos de espaço, igualmente, há ampla suficiência para atendimento das necessidades/funcionamento do curso. O corpo docente do curso é constituído/formado em sua grande maioria por (titulados) mestres, doutores e pós-doutores. Os melhores docentes do IFSP na área de Letras atuam nesse curso. Nosso curso, inclusive, com relação a esse aspecto recebeu nota cinco (5). Todos esses aspectos favorecem a ideia de que possamos dar uma resposta positiva à demanda a qual se pôs diante de nós: oferecer um curso nessa cidade. Encerrado uso da palavra por parte dos representantes do câmpus, o Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, Sr. Alexandre Aldo Neves, veio a agradecer à presença destes servidores. Ora, veio a ser cedida palavra à Parecerista Externa do Curso, servidora Eva Cristina Francisco, Professora EBTT do Câmpus Avaré, atuante no Curso Superior de Letras com habilitação em Língua Espanhola (Espanhol) e Presidente do NDE, com vistas a que expusesse suas considerações tecidas à proposta. A Parecerista Externa do Curso, servidora Eva Cristina Francisco, inicialmente, tendo saudado a todos os presentes e agradecido à oportunidade de avaliação/análise inaugural da proposta *sob* estudo. A servidora Eva Cristina Francisco, com relação à *Análise da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras do Câmpus São Paulo*, como “I. Introdução” comentou que a Coordenadoria de Licenciatura da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP encaminhou o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Letras para realização de Análise Técnico- Pedagógica tendo em vista a reformulação do Curso Superior em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas no Câmpus São Paulo. A Parecerista Externa da proposta comentou ter executado sua análise com base na legislação educacional brasileira comum a todos os cursos superiores de graduação e as específicas para os cursos superiores de licenciatura na área de Letras (Resoluções e Pareceres CNE/CES em vigor), assim como na normatização/nos dispositivos institucionais (do IFSP). Como “II. Considerações Gerais”, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) atenderia às orientações da Diretoria de Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino. Eva Cristina Francisco comentou que as justificativas de oferta do curso estariam bem fundamentadas quanto à implantação da proposta, porém, por se tratar de sua reformulação, tal PPC careceria de uma contextualização e caracterização para tal (salientar as necessidades/demandas de reformulação do curso e o que estaria sendo alterado/melhorado/excluído compreenderiam aspectos enriquecedores ao PPC. O documento de PPC apresentaria coerência entre os objetivos do curso e as justificativas expostas, estando integrados às áreas do conhecimento e articulados aos princípios que norteiam as políticas de ensino constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP, porém, dentre os objetivos é necessário reforçar a atuação docente, a qual vai além da sala de aula do Ensino Básico. Far-se-ia necessário prever a atuação como Gestão Escolar e outros níveis e modalidades de ensino conforme orientações da Resolução CNE/CP nº02/2015, artigos 2º e 3º. O Perfil Profissional do Egresso encontrar-se-ia de acordo com o perfil necessário ao docente elencando as competências necessárias ao desenvolvimento de suas funções. Eva Cristina Francisco veio a sugerir que na descrição de suas habilidades esteja previsto o trabalho com outras modalidades/níveis de ensino, de acordo com o posto na Resolução CNE/CP nº02/2015. Quanto à “III. Estrutura Curricular”, esta e a específica referência do curso convergem apresentando grande parte dos componentes bem distribuídos e em consonância. Os componentes curriculares são intitulados com termos já consagrados nas instituições de ensino superior, designadas com códigos alfanuméricos, conforme o padrão estabelecido/exigido.

Porém, vemos que o componente *Leitura e Produção Textual* é trabalhado somente a partir do sexto (6º) Semestre. Considerando-se que os estudantes terão contato com os mais diversos gêneros de texto já no segundo (2º) Semestre, principalmente, pelo início dos estudos de literaturas, a Parecerista Externa do Curso disse que veria a necessidade de trabalho de leitura e produção desses gêneros juntamente ao estudo de literatura. Eva Cristina Francisco disse que o documento de PPC apresentaria o trabalho com produção textual nos semestres iniciais, porém, na essência, compreenderia produções voltadas ao gênero acadêmico. Dos “IV. Planos de Ensino das Disciplinas”, estes seguiriam às orientações da Diretoria de Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, sendo necessário observar as seguintes e devidas alterações: Padronização dos textos; organização dos objetivos das ementas/tópicos/marcadores para melhor visualização. Eva Cristina Francisco pontuou que haveria excesso das bibliografias básica e complementar para o componente História das Ideias Linguísticas, devendo-se ser selecionadas as mais atuais e relevantes devendo ser indicados três títulos para a básica e cinco títulos para a complementar. A Parecerista Externa da proposta veio a recomendar: a revisão dos demais planos de ensino com a mesma ocorrência. Eva Cristina Francisco veio a comentar à equipe pedagógica do câmpus a que viesse a se atentar com a formatação na página 51 do documento visto o fato de um plano de ensino ter ficado unido ao outro; padronizar o uso de letras maiúsculas e minúsculas no início dos tópicos (Plano de Ensino do componente curricular- História da Educação) vindo a se fazer necessária revisão dos demais planos. No que concerne aos ementários do componente curricular “*Literatura Brasileira I, II, III e IV* e com as ementas de *Leitura e Produção Textual I, II e III*. Eva Cristina Francisco veio a comentar que os planos de ensino dos componentes curriculares *Morfologia da Língua Portuguesa I e II* estão muito semelhantes não mostrando clareza com a sequência do conteúdo de uma ementa para a outra. Eva Cristina veio a sugerir o resumo das ementas das disciplinas *Literatura Ocidental I, II, III e IV* em prol de maior síntese de conteúdo e padronização com as demais ementas do curso. A Parecerista Externa da proposta veio a pontuar que a redação da ementa *Sintaxe da Língua Portuguesa II* na página 112 apresentaria o mesmo problema devendo ser reescrita. Para o item “V. Estágio Curricular Supervisionado”, o PPC estaria de acordo com a legislação vigente, devendo atender às seguintes sugestões/recomendações: de acordo com o parágrafo 1º, inciso II da Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015, a carga horária inerente à atividade de estágio não poderia ser reduzida, ainda que determinado estudante já estivesse exercendo atividade docente, cabendo-se, trazer em esclarecimento que caso um(a) determinado(a) estudante já estivesse atuando como profissional durante o período de estágio as horas de trabalho (remuneradas) poderão ser contadas como sendo estágio ou se o licenciando(a) terá que estar em outros estabelecimentos de ensino para cumprimento do referido. A Parecerista Externa à proposta veio a sugerir a que houvesse a elaboração de um manual do estagiário específico (compilado para a Licenciatura em Letras (haja vista que cada curso possui suas particularidades) o que facilitaria a solução de dúvidas e a própria orientação dos estudantes, principalmente, pelo fato de haver variadas informações esparsas seja na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Portaria IFSP nº1.204, de 11 de maio de 2011 bem como noutros documentos norteadores. Tal manual auxiliaria a que os discentes estagiários em sua jornada e professor orientador não tivessem, necessariamente, a que recorrer à várias fontes diferentes em caso de dúvida, também possibilitando a que fossem previstas situações específicas no curso e formas de avaliação da atividade, a citar-se dos relatórios parcial e final (por vezes, cada estudante vem a efetuar a entrega/submissão desse relatório de uma forma distinta, e, nesses casos, como seria possível ao docente avaliar tal questão- seria por meio de uma mesma nota-, seja equivalentemente ou não, o que, provavelmente, será contestado por eles dado o fato desta entrega ter sido feita, independentemente de que forma. Seria possível, portanto, virmos a sanar possíveis “irregularidades” como essa). Atinente ao item “VI. Corpo Docente e Infraestrutura”, a Parecerista Externa à proposta pontuou que o corpo docente indicado no documento disporia de formação e experiência necessárias ao re-oferecimento do curso além de apresentar quantidade suficiente de profissionais para atender as atividades em geral no decorrer do curso. A infraestrutura atual do Câmpus São Paulo contém os recursos necessários à continuidade do curso. Como VII. Parecer, esta Parecerista, Sra. Eva Cristina Francisco, manifestou-se/ declarou-se

favorável ao re-oferecimento da proposta, desde que atendida/condicionada ao atendimento das/às alterações obrigatórias. Findada a exposição de considerações tecidas à proposta por parte da Parecerista Externa do Curso, Sra. Eva Cristina Francisco, a Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, veio a agradecer sua participação. Fora aberta possibilidade de fala aos demais membros da mesa/ do Comitê Técnico-Profissional. Veio a ser requerido uso da palavra por parte do membro do Comitê, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o qual veio a recomendar as seguintes necessidades de alteração à proposta :1. Adequação à realidade e à excelência na qual seria o ponto de equilíbrio a ser conquistado nessa formação e que, inclusive, o IFSP Câmpus São Paulo, a segunda instituição pública a oferecer tal proposta pedagógica de curso *mui* diferenciada e gratuita; 2.A atualização das edições de Bibliografia Básica posto o fato de serem apresentadas edições de anos 1975, 1981, 1986, 1990,1992, 1996,1997, 1998, 1999, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 ao longo dos Planos dos Componentes Curriculares do PPC; 3.Para o componente curricular Educação e Sociedade, quando de sua abordagem/ministração junto aos discentes do curso, sugeriu-se a que viesse a ser feito comparativo entre *Émile Durkheim*, *Max Weber*, acrescentando-se *Charles Wright Mills* assim como a que fosse incluso como um dentre os demais títulos de bibliografia básica a obra de *Charles Wright Mills* intitulada “A imaginação sociológica”; 4. Para o componente curricular “Fundamentos econômicos e sociais da arquitetura e urbanismo 2” sugerir-se-ia a que viessem a ser inclusas como títulos de bibliografia básica as seguintes obras: “Revista do Arquivo Histórico Municipal, nº203- Departamento do Patrimônio Histórico- São Paulo-2004” e “História Urbanística da Cidade de São Paulo- 1554 a 1988, Antônio Rodrigues Porto- 1992”. Em réplica, os representantes do câmpus disseram que tal componente curricular, na verdade, seria optativo, vindo a ser possível a que os alunos do Curso Superior de Letras as viessem a cursar, entretanto que pertenceria à um outro curso ofertado pelo câmpus, não dispondo, portanto, tais representantes de possibilidade com vistas a efetuarem ajustes. O membro do Comitê Técnico-Profissional do IFSP, após atenta análise da proposta, mencionou que tudo partiria de Aristóteles, o primeiro pesquisador científico, que a Ética aristotélica seria uma das bases fundamentais do pensamento humano, contudo, que a base deste adveio de Sócrates e Platão não tendo sido localizadas quaisquer ligações ou estabelecido elo nessa perspectiva de abordagem junto aos discentes. José Luiz Borges Andreoli veio a arguir à equipe pedagógica do câmpus se caso a “linha de corte” utilizada por parte da equipe do câmpus seria aristotélica (de Aristóteles). Em retorno, os representantes do câmpus disseram que seria abordado junto aos estudantes, na parte de Literatura Ocidental, sobre *Íon e Hípias Menor* como outras peças de *Diálogos Socráticos* ao longo do desenvolvimento do curso. Princípios tal abordagem, na verdade, a partir de *Hesíodo e Homero*. Vemos a poética de *Aristóteles*, nada obstante, os estudantes também aprendem sobre Platão- concluiu, em fala, a representante do câmpus, servidora Carla Souto.Caso tratado sobre *Charles Wright Mills*, no Capítulo I que compreende o “*A Promessa*”, poderia ser feita associação com a abordagem do “*Mito da Caverna*” de Platão, Livro “*VI- A República*”,posto haver possibilidade de estabelecermos relação entre essas duas obras- replicou o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Ao analisar, minuciosamente, vossa proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pude constatar a necessidade de que viesse a haver uma maior abordagem dos conteúdos tocantes à sustentabilidade- complementou, em fala, o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Fora sugerida a (6) inclusão da abordagem de conteúdos relativos ao meio ambiente e sustentabilidade assim como veio a ser questionado como o câmpus viria a trabalhar (atuar interventivamente sobre) a questão da evasão escolar. Em resposta, a servidora Carla Souto disse que o câmpus participa de vários Editais, servindo a Lista de Espera apenas com vistas a viabilizar a chamada primeira, *a posteriori*, seria procedida a viabilidade de Editais para portadores de diplomas ou para transferidos. O câmpus participa de todos. Logo, em caso de “sobrar” uma vaga, - complementou, em fala, a servidora Carla Souto. Temos turmas as quais ficam sempre beirando um quantitativo de quarenta (40) alunos- falou à mesa o servidor Charles Borges Casemiro. Houve um problema bastante pontual (exatamente) com relação à matrícula da segunda turma do curso, nesse último 2º Semestre do ano corrente (de 2017), os quais estavam no 8º Semestre, decorrente de uma série de problemas com o SISU. Quanto as seguintes,

conseguimos completar uma turma logo no primeiro ingresso, o que vai sendo revertido com as matrículas dos estudantes transferidos, portadores de diplomas, entre outros - comentou, em fala, a representante do câmpus servidora Carla Souto. Existe toda uma dinâmica- replicou, em fala, aos representantes do câmpus o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Sim, há todo um processo- retornou, em fala, a representante do câmpus, servidora Carla Souto. Nosso câmpus dispõe do entendimento e cuidado/zelo que cada vaga ofertada por nós compreenderia uma vaga pública. A partir de sua existência, isto é, dessa vaga, abrimos Edital específico o qual vem a dispor de todas as possibilidades de ingresso, já que sabemos existir um custo público por detrás, utilizamos de diversas formas a fim de completá-las- disseram ao pleno do Comitê os servidores Carla Souto e Charles Borges Casemiro. Temos uma responsabilidade social e para com o setor público- frisou, em fala, a representante do câmpus, servidora Carla Souto. Apesar dos comentários tecidos por parte do membro do Comitê, Sr. José Luiz Borges Andreoli, para com relação à previsão de conteúdos e/ou abordagem acerca da sustentabilidade, cabe esclarecermos que em algumas disciplinas de Literatura Ocidental há algumas obras literárias a partir das quais é possível a que haja tal abordagem. Para exemplificarmos, quando da tratativa do Romantismo e/ou Iluminismo, a obra Viagens de Guliver trabalhará bastante com o meio ambiente, questões de maus tratos com animais, questões com relação à alimentação, entre outros, logo, é possível a que haja tal abordagem- falou ao pleno do Comitê a servidora Carla Souto. Seria importante que para além do efetivo trabalho dos conteúdos de sustentabilidade quando da abordagem de determinadas obras do curso, há orientação por parte do órgão da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino de que constem clarificadas nos Planos dos Componentes Curriculares do Curso (ementário, conteúdo, bibliografias) o trabalho com a temática própria à Educação Ambiental. O mesmo vem a ser aplicável com relação à temática da Educação das Relações Étnico-Raciais- disse aos representantes do câmpus a servidora Marcela Kleiciane dos Santos. Fora requerido uso da palavra por parte do servidor Charles Borges Casemiro, o qual respondeu à servidora Marcela Kleiciane dos Santos que no componente curricular Literatura tal discussão seria consequente da discussão de diferentes obras, seja os românticos brasileiros ou os românticos portugueses, sendo quase "impossível", por assim dizer, abordar tais obras sem tratarmos da temática da Educação Ambiental, da questão territorial, das nacionalidades, tanto europeias como não europeias, na própria questão da transição do mundo moderno para o mundo contemporâneo (historicamente), entre outros. A partir do momento em que se define territorialidade, ou outros momentos. Ao trazermos à análise breve abordagem da obra de José de Alencar, ele escreve romances os quais trazem aspectos relacionados ao espaço- disse à mesa o servidor Charles Borges Casemiro. Nada obstante a isso, quanto mais explícito puder constar discriminada tal abordagem nos Planos de Ensino/dos Componentes Curriculares do Curso, compreenderia o ideal- replicou a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Acerca de obra Sertões de Euclides de Cunha também caberia trazermos ser possível a que haja tal abordagem- adicionou, em fala, o servidor Charles Borges Casemiro. Temos, igualmente, uma grande preocupação quanto ao fato de algumas ementas/ementários dos Planos dos Componentes Curriculares do Curso ficarem por demasiado "longos"/extensos- falou ao Comitê a servidora Carla Souto. No campo ementário do componente curricular Literatura Ocidental, com certeza, fora por nós detalhado acerca da tratativa da temática transversal de sustentabilidade/meio ambiente. Tanto que tal ementa ficou um bocado mais extensa em redação em comparado a de outras disciplinas (mais por uma questão de padronização) - acresceu, em fala à mesa, a servidora Carla Souto. O que fora concebido por parte da equipe do câmpus não viria em sentido de uma verticalidade, mas sim em uma transversalidade no que diz respeito à tratativa dessas temáticas quando do desenvolvimento da proposta junto aos discentes do curso. Nossa proposta tem como ideologia tal abordagem, inclusive - comentou o servidor Charles Borges Casemiro. Veio a ser solicitado uso da palavra por parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Giuseppe D'Agostino o qual arguiu aos representantes da proposta se caso seria abordado Nietzsche no curso. Não sei como ficaria tal questão na transição da Literatura Ocidental, Professora Carla- arguiu à servidora Carla Souto o representante do câmpus, Professor Charles Borges Casemiro. Quando abordado/ministrados os conteúdos sobre Literatura Ocidental, apesar de ser necessário verificarmos melhor o ementário

dos planos das disciplinas e quando tratado sobre Literatura Portuguesa, da mesma forma, visto que seria importante tratarmos sobre os filósofos especialistas na virada do século, filósofos decadentistas, a escola alemã (filosófica), entre outros - falou ao Comitê o representante do câmpus, servidor Charles Borges Casemiro. A ministração dos conteúdos por parte dos docentes que ministram aulas no curso será feita de forma articulada- comentou aos presentes a servidora Carla Souto. Todos os docentes se articularam para que, à medida que um deste vier a tratar junto aos discentes do curso dos conteúdos relativos aos simbolistas portugueses, outro dos simbolistas franceses, ingleses e assim, sucessivamente, os simbolistas brasileiros, etc. O diálogo contínuo inter componentes curriculares vem a permitir a que tais necessidades sejam sanadas ao longo do desenvolvimento do curso -complementou, em fala, o servidor Charles Borges Casemiro. Para além das questões as quais foram postas, ainda há outros apontamentos tecidos por parte da Coordenadoria de Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino, a citar-se da distribuição da Prática como Componente Curricular (PCC), as quais, *mui* em breve, ser-lhes-ão encaminhadas adjuntas ao Parecer do Comitê Técnico- Profissional- disse à mesa a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Ora, o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Renato Almada Alonso, solicitou uso da palavra com intuito de, primeiramente, parabenizar/elogiar à equipe responsável pela elaboração do curso bem como com o propósito de fazer breves considerações à proposta. Renato Almada Alonso comentou que a proposta abordaria semiótica *Peirceana* (dispondo de bibliografia complementar acerca), sendo assim, como bibliografias básica e complementar seria interessante a que fosse incluída a referência de título/obra de Santaella (Maria Lucia Santaella Braga) como título de bibliografia básica. O membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Renato Almada Alonso disse que, ao efetuar análise prévia da proposta do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) comentou que pôde observar a necessidade de trabalho com tecnologias digitais de informação e comunicação (TIDC's) ao longo do curso, não, especificamente, para trabalho com gênero(s) literário(s), mas sim, com relação à formação de docentes para que estes possam se utilizar de tais ferramentas quando da ministração dos conteúdos programáticos do curso junto aos discentes. Em réplica, a servidora Carla Souto comentou que na disciplina por ela ministrada, por exemplo, seria necessária a utilização do laboratório de informática. Seria distinta a necessidade de uso de laboratório de informática diferentemente de laboratório específico da área de literatura. Compreendem duas questões totalmente distintas, a utilização de laboratórios ou ferramentas em uma ou mais disciplinas específicas e instrumentalizar os docentes da proposta para uso dessas diversas ferramentas. Vem a ser em extremo interessante habilitar aos docentes de forma a que este(a)s venham a dispor de pleno conhecimento de modo a se utilizarem do maior número de ferramentas possíveis. Sabemos, ademais, que nalguns cursos específicos existe, em certa medida, uma "resistência" em relação ao uso de tais tecnologias digitais de informação e comunicação. O que vem a ser comentado por mim, sugiro ou ponho que trata de reflexão (ponto a se pensar) à referida proposta pedagógica de curso- disse ao Comitê o membro, Sr. Renato Almada Alonso. Posso responder, parcialmente, a tal questionamento- disse ao pleno do Comitê o servidor Charles Borges Casemiro. No princípio de nossa apresentação nesta data, quando abordado acerca da seção/item Metodologia a ser empregada para viabilização da proposta, pudemos comentar, brevemente, acerca da proposta a qual nosso curso dispõe em relação à tal habilitação (para utilização das novas tecnologias digitais de informação e comunicação). Anteriormente, nosso curso dispunha do componente curricular Didática o qual fazia já menção explícita sobre as TIDC's intitulado *Didática e Novas Tecnologias Educação*, do 5º Semestre do Curso- PPC -versão 2016, o qual dispunha de menção explícita sobre tal ponto questionado pelo membro deste Comitê Técnico-Profissional. Fora posta recomendação por parte do núcleo pedagógico que compõe o Núcleo Docente Estruturante (NDE) da proposta a que não fosse atribuído título/nome tão extenso a esse componente curricular (no qual dantes constava menção explícita sobre o trabalho com tais tecnologias), nada obstante, procedida a alteração do nome da disciplina, continuamos conservando tal proposta nessa disciplina, visível no ementário (ementa) e conteúdo programático. Até mesmo pelo fato dessa disciplina vir a dispor de caráter teórico-prático (T/P) e estar, igualmente, relacionada à atividade de estágio curricular profissional supervisionado. Principalmente, nesse componente curricular se há uma preocupação no que tange a se trabalhar a dupla docência e, em função dum momento

primeiro de estágio, em vincular o curso, as escolas e, obviamente, a questão voltada à abordagem das tecnologias digitais da informação e comunicação. A equipe responsável pela concepção e estruturação da proposta dispõe do entendimento de que todas as disciplinas do curso são, de certo modo, práticas pedagógicas. Logo, a literatura ou outros componentes curriculares de línguas do curso, a exemplificar-se dos de produção textual ou de laboratório o seriam. Temos um hábito de trabalharmos, igualmente, com a proposta de seminários aula, por meio dos quais seria orientado aos estudantes não apenas o que fazer, mas sim, o como fazer em cada uma dessas mesmas disciplinas, inclusive, em relação ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação as quais já temos possibilidade de uso/disponibilidade em nossa instituição de ensino. No decorrer/Ao longo do desenvolvimento da proposta, os estudantes dispõem da realização de várias atividades a partir das quais podem utilizar das TDIC's acentuadamente. Há uma interação muito interessante nesse sentido. No componente curricular Didática há uma reflexão teórica e mais contundente. Nada obstante a isso, no decorrer da ministração dos outros componentes curriculares do curso, os componentes curriculares seminário-aula, buscariam tal interlocução do saber-fazer. Possivelmente, nossa equipe deverá explicitar melhor tal questão no documento de Projeto Pedagógico do Curso, vindo nós a agradecermos, sobremaneira, a tal contribuição-concluiu em fala aos presentes o servidor Charles Borges Casemiro. Ora, veio a ser requisicionada fala por parte do servidor Reginaldo Guilhermino Libório o qual arguiu à equipe pedagógica do câmpus com relação aos componentes curriculares optativos previstos ao curso. O servidor Reginaldo Guilhermino Libório veio a comentar que ao efetuar breve análise da estruturação curricular do curso, especificamente, com relação às disciplinas optativas, pôde notar que estas seriam próprias ao (à grade do) curso de arquitetura e urbanismo e não específicas ao curso superior de licenciatura na área de letras. O curso superior de licenciatura em Letras não contaria com disciplinas optativas específicas? Não seria igualmente interessante a que houvesse a oferta de componentes curriculares introdutórios optativos de Língua Inglesa, Língua Espanhola, Línguas Latinas, ou outros, desde que havendo força de trabalho no câmpus em suficiência para tal, posto que a habilitação obtida pelos egressos compreenderia somente a em Língua Portuguesa?- questionou aos representantes da proposta o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. A despeito de Latim, Língua Latina, esta consta presente na organização da proposta do Projeto Pedagógico de Curso proposto- falou à mesa a servidora Carla Souto. Mas talvez quanto à Língua Inglesa e Língua Espanhola, igualmente, haja, imprescindível necessidade de previsão-reiterou, em fala, o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. Na verdade, para que houvesse a possibilidade de oferecimento dessas disciplinas seria necessário a que outro (s) curso(s) nosso(s) viesse(m) a dispor de seu oferecimento. O Curso de Licenciatura em Matemática até dispõe de Língua Espanhola e Inglesa, porém, ambas voltadas à ministração de conteúdos inerentes à área da Matemática- disse ao Comitê a servidora Carla Souto. Com caráter aplicado- replicou, em fala, o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. Todas as disciplinas as quais envolvem a abordagem de língua estrangeira dispõem de caráter aplicado e/ou instrumental àquela área de conhecimento/curso superior de licenciatura específico- acrescentou, em fala, a representante do câmpus, servidora Carla Souto. De todo modo, não poderiam ser concebidos componentes curriculares optativos específicos a serem ministrados neste curso?- tornou a perguntar à equipe pedagógica do câmpus o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. Até haveria tal possibilidade, nada obstante, desde que não condicionada ao aumento de carga horária do curso -disseram ao Comitê os servidores Charles Borges Casemiro e Carla Souto. O que trago à vossa reflexão disporia de caráter de sugestão, devendo, certamente, o câmpus vir a dispor de força de trabalho para tal- disse aos representantes do câmpus o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. Uma vez estando previsto no documento de PPC, o câmpus, compulsoriamente, precisaria asseverar sua oferta aos discentes do curso- complementou, em fala, a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Recomendei tal questão posto o "estranhamento" inicial verificado com relação à estarem presentes componentes curriculares voltados à arquitetura a esse curso- adicionou, em fala, o servidor Reginaldo Guilhermino Libório. Ao bem da verdade, o diálogo entre o curso e a área de arquitetura e urbanismo, mais interdisciplinar, se deu em função do desejo de a equipe pedagógica (do curso) no que tange a aproximar o estudo de ambiente presente no curso com o estudo da arquitetura. A história da arte oferecida pela arquitetura, a própria história da

urbanização, ponto esse o qual mais nos interessa no curso (dentro da proposta da arquitetura) fora atribuído aos estudos de linguagem e semiótica, além dos de literatura, abordados num viés cultural e historicizado. Logo, os componentes curriculares de literatura levariam ao curso de arquitetura uma formação cultural, histórica, de reflexão ideológica, estética, os estudos de linguagem e a semiótica, e, por sua vez, a arquitetura traria a história da arte e do urbanismo. Tal diálogo fora identificado como bastante produtivo à equipe pedagógica do câmpus como aos estudantes do curso, de igual modo- os quais apreciaram, demasiadamente, tal ideia. O lamento nesse momento seria o de que tal diálogo não se daria de forma amplamente suficiente em todo o Instituto Federal de São Paulo, no sentido de ser pensada tal dialogicidade entre nossas diversas propostas de licenciatura. Temos feito um movimento em sentido de conversarmos melhor sobre em nosso câmpus. As áreas as quais principiaram isso no câmpus foram, justamente, as de Arquitetura e Letras. De alguma maneira queremos que isto se amplie- disse, conclusivamente, aos membros do Comitê Técnico-Profissional o servidor Charles Borges Casemiro. Nesse átimo, veio a ser solicitado uso da palavra por parte da Parecerista Externa do Curso, servidora Eva Cristina Franco, a qual questionou à equipe pedagógica do câmpus que nos planos de ensino dos componentes curriculares optativos haveria seção específica com relação à metodologia e nos próprios ao curso superior de licenciatura em Letras não, sendo interessante, o estabelecimento de tal diferenciação. Vim a deduzir ser este um padrão no que se refere à estruturação dos planos de ensino do curso de Arquitetura e não no de Letras. Isto está correto? - perguntou à equipe pedagógica do câmpus a Parecerista Externa, Sra. Eva Cristina Franco. Existiria, obviamente, um padrão sobre como seriam formatadas tais ementas. Buscamos, portanto, manter tal padronização originalmente formulada por parte da equipe pedagógica do curso de arquitetura- falou à mesa o servidor Charles Borges Casemiro. Com relação à sugestão no que diz respeito ao acréscimo de novos/outros componentes curriculares optativos ao curso, nossa equipe pedagógica não teria como cumprir a tal recomendação, posto o fato de tais optativas pertencerem à um outro curso. Não teríamos tal autonomia, visto que tais componentes seriam oferecidos, portanto, pela equipe do curso de arquitetura. Fora cedida fala ao membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o qual veio a comentar, aditivamente, que far-se-ia interessante a que fosse utilizada a minitração do documentário franco-italo-brasileiro (filme biográfico/história) denominado *Sal da Terra* do fotógrafo social Sebastião Salgado. Após discussão, o Comitê Técnico- Profissional emitiu as seguintes determinações ao curso: 1. Atender às recomendações da Parecerista Externa do Curso, Sra. Eva Cristina Franco, vindo a justificar, quando do não atendimento; 2. Atender às determinações da Diretoria de Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino (DGR/CLIC/PRE); e, 3. Observar e atender às recomendações feitas pelos membros do Comitê Técnico- Profissional do IFSP, Sr. José Luiz Borges Andreoli e Sr. Renato Almada Alonso, listadas nos documentos anexos. O Comitê Técnico- Profissional decidiu que o Projeto Pedagógico de Curso, uma vez atendidas as considerações contidas neste parecer, poderá ser encaminhado ao Conselho Superior para análise e deliberação. Veio a ser dada continuidade à discussão da proposta de **Reformulação** para o **1º Semestre de 2018** ao **3. Curso Superior de Licenciatura em Química do Câmpus Suzano- Processo nº23437.000247.2017-58/Horário: 14:30h**. O Projeto Pedagógico de Curso foi apresentado pelos servidores Mônica Maria Biancolin, Madalena Alves Vieira de Oliveira e César de Barros Lobato. O Presidente do Comitê Técnico- Profissional, servidor Alexandre Aldo Neves, inicialmente, tendo saudado aos representantes do câmpus e demais presentes veio a orientar-lhes de que disporm de cerca de dez (10) minutos de apresentação, vindo a, sequentemente, pedir, a que, encarecidamente, houvesse o exato cumprimento do prazo antevisto dado o avançado da reunião em relação ao cumprimento da Ordem do Dia/Pauta. Qual dentre os representantes do câmpus aqui presentes fará a apresentação da proposta?- questionou o Presidente do Comitê, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves. Em retorno, a servidora Mônica Maria Biancolin disse que viria a expor, em nome dos demais representantes presentes, os principais pontos da proposta *sob* discussão. A servidora Mônica Maria Biancolin disse que o objetivo geral do curso seria o de lidar com a formação de professores de Química, os quais poderiam atender tanto ao Ensino Fundamental II ligado ao ensino de Ciências como na área de Química no Ensino Médio. Dentre outros objetivos gerais do curso haveria o de articular teoria específica e a prática docente; a

construção do conhecimento da área de Química embasando a forma como será trabalhado; a formação do profissional cidadão, crítico e independente; de professores da área da Química comprometidos com uma formação/educação profissional, técnica/tecnológica, científica e de qualidade. Tal visão da Química integrada aos problemas do mundo atual permite a que estes profissionais estejam habilitados ao desenvolvimento de projetos educacionais específicos a serem desenvolvidos tanto no Ensino Fundamental II como no Ensino Médio. *A priori*, este seria o objetivo básico do curso. Como justificativa, temos uma questão histórica dos Institutos Federais em diferentes contextos sociais nos quais se encontra inserido em trabalhar as questões regionais. Temos no Câmpus Suzano do IFSP uma posição sobremodo estratégica no que diz respeito ao fato de estarmos localizados na região do Alto Tietê. Temos agora o Câmpus Itaquaquecetuba do IFSP, inclusive. Temos muitas cidades as quais envolvem a região onde/na qual encontra-se localizado o Câmpus Suzano do IFSP: o próprio município de Suzano, Poá, Mogi das Cruzes, Guararema, Santa Isabel, a própria região do Alto Tietê. Além disso, temos em consideração o fato de sermos o único curso superior de licenciatura em química oferecido por uma instituição pública na região (acreditamos, adicionalmente, no diferencial qualitativo, o qual podemos propiciar à região a partir do oferecimento de tal proposta de Projeto Pedagógico de Curso). Além disso, buscamos atender ao Plano Nacional de Educação (PNE) nas Metas 12 e 12.4 no que diz respeito, ordenadamente, à “[...]12- Educação Superior- Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público[...]” e “[...] 12.4. Formação de professores para Educação Básica- Fomentar a oferta de Educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas [...]”, além do déficit de professores, principalmente, nas áreas de Física e Química no Ensino Médio – falou aos presentes a servidora Mônica Maria Biancolin. Tornamos a frisar quanto à Demanda de Mercado posto que esta, iteradamente, seria a única licenciatura na área de Química ofertada por instituição pública na região, havendo apenas uma outra oferta no município por parte de instituição da rede particular de ensino (privada). Houve a realização de uma reunião/um encontro em data de 13/11/2008, por meio da qual fora apontado pela comunidade local (da região), constituída por vários segmentos, a qual optou pelo curso superior de tecnologia em processos químicos, fato esse, o qual acarretou em proporcionar/propiciar uma boa condição infraestrutural ao nosso câmpus em termos de laboratórios específicos necessários ao desenvolvimento da proposta. A Estruturação Curricular do curso proposto conta com componentes curriculares necessários a serem contemplados em alinhamento ao previsto na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, *que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*, com vistas a que fossem acrescentadas mais quatrocentas horas (400h). Há alguns componentes curriculares novos destacados em cor amarela, a saber, no 1º Semestre do Curso: o de Gestão Educacional, Trabalho Docente e seus contextos. Dentro do componente curricular Trabalho Docente e seus contextos vem a ser trabalhado como conteúdo a Educação Profissional e Tecnológica – a exemplificar-se ensinar os conhecimentos de Química a partir da perspectiva (perfil mais tecnológico) de uma Educação Profissional Técnica e Tecnológica. No 2º Semestre do curso veio a ser criado o componente de Prática Pedagógica I e “puxamos” Sociologia da Educação, visto o fato de haver um trabalho interdisciplinar com Filosofia da Educação e Sociologia da Educação a pedido dos dois docentes os quais construíram as ementas desses cursos. Houve um pedido por parte dos docentes da área de Biologia e dos estudantes, no momento em que estes começaram a fazer projetos com vistas a que se procedesse a inserção/previsão na Grade Curricular do Curso de mais um componente na área de Biologia, posto alguns estudantes virem a dispor de noções de que poderia ser-lhes demandado em procura uma atuação na ministração de aulas no Ensino Fundamental II. Há um trabalho efetivo muito bom por parte de nossos docentes na área da Biologia o qual inter-articula teoria e prática o qual, por mais de um ano consecutivo, fazem projetos os quais são apresentados na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Este veio, portanto, a compreender um pedido efetuado por parte dos discentes o qual veio a ser atendido/acolhido pelos professores do curso no que tange a estarem previstos os componentes

curriculares de Biologia I e II. Há o componente curricular Prática Pedagógica II, o qual tanto como Prática Pedagógica I como Prática Pedagógica II tentam trabalhar, também, tal questão interdisciplinar dentro do curso- questão essa a qual no PPC não era trabalhada, suficientemente e/ou com grande dificuldade inicial. No 6º Semestre, quanto ao componente curricular Laboratório no Ensino de Química, foi montado nesse semestre, no câmpus, um laboratório didático de ensino de Ciências da Natureza com vistas a que fossem pensadas propostas educacionais para o Ensino de Química, Física e Biologia aos professores que vão à rede. Veio a ser inserido o componente Mineralogia e Compostos de Coordenação o qual viria a substituir a anterior disciplina de Química Inorgânica II de modo a serem atendidas as recomendações do Conselho Regional de Química (CRQ). A equipe pedagógica do câmpus observou que poderia fazer tal inclusão. No 8º Semestre foram inseridos os componentes curriculares Direitos Humanos e Educação Inclusiva, Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos em duas disciplinas: a primeira de Tratamento de Resíduos e Efluentes e Gestão Ambiental e a segunda Processos Químicos Industriais. Atendimento/Acolhimento esse às determinações do Conselho Regional de Química (CRQ). Acerca do Corpo Docente do Câmpus/ da proposta este vem a ser constituído por seis (6) mestres e quatorze (14) doutores e dois (2) especialistas, todos atuando em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE). Eram vinte e quatro (24) docentes, hoje vinte e dois (22) atuando no câmpus. Dispomos de um grupo de Técnicos- Administrativos composto de quarenta e quatro (44) servidore(a)s, dentre, psicólogos, enfermeiro(a)s, assistentes administrativos, nutricionistas, ou seja, um atendimento bom com relação à questão técnico-administrativa. Como infraestrutura contamos com um anfiteatro; uma biblioteca; quatro laboratórios de informática (com vinte computadores cada um); uma sala de atendimento médico e odontológico; serviço de apoio pedagógico, dezesseis (16) salas de aula; sala de docentes no regime RDE; sala de coordenação e direção; laboratório de química geral; laboratório de química orgânica; laboratório de análise instrumental; laboratório de microbiologia; de física além de um novo outro laboratório o qual está sendo implementado agora. No Câmpus Suzano dispomos de uma boa infraestrutura com relação à acessibilidade, posto o fato de nossa unidade ter sido construída em área plana e totalmente pensado/concebido considerando-se o público portador de deficiência: seja ao deficiente visual com placas específicas, vagas específicas, banheiros acessíveis, dentre outros requisitos igualmente importantes acerca da acessibilidade. São ofertadas quarenta (40) vagas anuais. O curso é organizado em oito (8) semestres vindo a dispor de aulas de cinquenta minutos (50min). Antes a proposta pedagógica desse curso era organizada em dezenove (19) semanas, já nesta reformulação pretendida, nosso curso passa a dispor de vinte (20) semanas. Como trâmites e considerações esse seria o nº do Processo SUAP 23437.000247.2017-58. Encerrada a exposição das considerações trazidas por parte dos representantes do câmpus à proposta do curso, o Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, comentou à mesa que nesse momento seria cedida palavra à servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos com-vistas a que esta viesse a proceder leitura do documento de Parecer Externo contendo os apontamentos tecidos ao projeto por parte do servidor Higor Henrique de Souza Oliveira, posto o fato de não poder estar presente, especificamente, nesta ocasião. A servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos, principiando a exposição das considerações feitas pelo Parecerista Externo comentou à mesa que no campo "I. Introdução" o servidor Sr. Higor Henrique de Souza Oliveira, mencionou que para elaboração de sua análise o documento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) havia sido analisado, integralmente, o disposto na legislação educacional em vigor, a saber, o Parecer CNE/CES nº 1.303, de 06 de novembro de 2001, que *trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de química*; a Resolução CNE/CES nº8, de 11 de março de 2002, que *Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de bacharelado e licenciatura em química*; Parecer CNE/CES Nº213, de 01 de outubro de 2003 (homologado em 09 de outubro de 2006), que *trata da dimensão pedagógica em cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e o Parecer CNE/CES nº197, de 07 de julho de 2004, (homologado em 05 de abril de 2005), que trata da dimensão pedagógica em cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior*; Resolução CNE/CP nº2, de 01 de julho de 2015, que *define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em*

1298 *nível superior(cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos*  
1299 *de segunda licenciatura) e para a formação continuada.* Como “II.Considerações Gerais”, a  
1300 servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos disse ao pleno (ao Comitê) que o Parecerista  
1301 Externo do Curso, Sr. Higor Henrique de Souza Oliveira, por intermédio do documento de Parecer  
1302 elaborado pontuou que o Câmpus Suzano dispõe de infraestrutura e corpo docente adequados ao  
1303 oferecimento do curso, oferecimento esse o qual se justifica pela demanda de professores da  
1304 Educação Básica no Brasil, especialmente, nas áreas de Ciências da Natureza (Biologia, Física e  
1305 Química) e Matemática. Tal proposta viria a, portanto, integrar os objetivos da Política Nacional  
1306 de Profissionais do Magistério da Educação Básica e respeita a missão institucional do IFSP, que  
1307 preza pela política nacional de formação de professores oferecendo cursos superiores de  
1308 licenciatura nas mais diversas áreas do conhecimento. De acordo com o verificado por parte do  
1309 Parecerista Externo da proposta o Projeto Pedagógico de Curso estaria de acordo com as  
1310 habilidades, competências e atribuições do licenciado. O Parecerista Externo do Curso, Sr.Higor  
1311 Henrique de Souza Oliveira teceu, por intermédio do documento por ele elaborado algumas  
1312 indicações à proposta: (1) Posto o fato de o documento de Projeto Pedagógico de Curso não prever  
1313 o oferecimento da educação a distância, far-se-ia necessário excluir/suprimir/retirar a seção  
1314 “8.5.Para os cursos à distância” do PPC. Com relação ao item “III. Estrutura Curricular”, o  
1315 Parecerista Externo do Curso, Sr. Higor Henrique de Souza Oliveira expôs que a (a) estrutura  
1316 curricular do PPC contemplaria disciplinas relacionadas à formação científica e pedagógica,  
1317 distribuídas ao longo dos oito semestres do curso, vindo a acumular 2.666,7 horas em disciplinas  
1318 formativas. O documento de PPC preveria, ainda, 400,00 horas dedicadas à Prática como  
1319 Componente Curricular (PCC), 400,00 horas de Estágio Curricular Supervisionado (ECS); 200  
1320 horas de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) e 160 horas de Trabalho de  
1321 Conclusão de Curso (TCC) optativo. O Curso totalizaria carga horária mínima de 3.266,7 horas  
1322 e carga horária máxima de 3.426,7, garantindo uma carga horária adequada, superior àquela  
1323 prevista na legislação (Resolução CNE/CP nº02/2015); (b)O Parecerista Externo da proposta  
1324 comentou, por meio do documento elaborado, que, em atendimento ao disposto no parágrafo  
1325 segundo do art.13 da Resolução CNE/CP/2015, os Cursos Superiores de Licenciatura devem  
1326 garantir, em seus currículos, conteúdos relacionados aos temas: (i) fundamentos da Educação; (ii)  
1327 formação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação, seus fundamentos e metodologias;  
1328 (iii) Direitos Humanos; (iv) Diversidades Étnico- Racial; (v) de gênero; (vi) sexual; (vii) religiosa;  
1329 (viii) de faixa geracional; (ix) Língua Brasileira de Sinais (Libras) ; (x) educação especial e (xi)  
1330 direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas,  
1331 vindo esse PPC a contemplar, explicitamente, todas as temáticas. Sobre a carga horária de 400,0  
1332 de Prática como Componente Curricular (PCC) esta encontrar-se-ia distribuída em diversas  
1333 disciplinas do curso , tanto nas de formação científica como nas de formação pedagógica,  
1334 atendendo à legislação e orientações vigentes. Relativo ao componente curricular/ disciplina  
1335 Gestão Escolar, o qual vem a ser apresentado no 1º Semestre do curso, este viria a adicionar  
1336 conhecimentos de Política e Organização da Educação Brasileira, disciplina do 3º Semestre. O  
1337 Parecerista Externo do Curso, por meio do documento de Parecer elaborado recomentou a que a  
1338 disciplina Gestão Educacional seja oferecida após a disciplina Política e Organização da  
1339 Educação Brasileira, tendo sido dada como sugestão a ideia de trocaentre os semestres das  
1340 disciplinas História e Filosofia da Ciência (do 5º para o 1º ano) e de Gestão Educacional (do 1º  
1341 Semestre para o 5º Semestre do curso). O Parecerista Externo do Curso, servidor Higor Henrique  
1342 de Souza Oliveira comentou que de acordo com o Memo, Circular nº07/2015/DGD PRE do IFSP,  
1343 recomendar-se-ia, fortemente, a que fossem inclusos no PPC elementos relacionados à preparação  
1344 de professores para a atuação na Educação Básica nas modalidades de Educação Profissional e  
1345 Técnica de Nível Médio, Higor Henrique de Souza Oliveira pontuou que tal tema não seria  
1346 abordado, explicitamente, em nenhuma disciplina sendo importante sua inserção no campo  
1347 conteúdo programático e bibliografia dos componentes.O Parecerista Externo da proposta  
1348 observou que caso o tema não pudesse ser inserido nas disciplinas existentes poderiam ser criados  
1349 componentes curriculares a fim de tratar do assunto. Higor Henrique de Souza Oliveira pontuou  
1350 que na Tabela II e na Seção 7.8 do PPC seria apresentada a disciplina Educação Inclusiva e Libras  
1351 enquanto que na Tabela III seria apresentado o nome do componente curricular Língua Brasileira

1352 de Sinais. Acerca da disciplina Direitos Humanos e Educação, esta, ora seria apresentada  
1353 utilizando-se da nomenclatura Direitos Humanos na Educação, ora Direitos Humanos e Educação  
1354 Inclusiva, vindo a se fazer em extremo importante a que viesse a se proceder a revisão deste  
1355 documento de forma a padronizar tais nomenclaturas dos componentes curriculares na Estrutura  
1356 Curricular, nas tabelas, no texto do documento e Planos de Ensino. Higor Henrique de Souza  
1357 Oliveira disse, por meio do Parecer Externo elaborado à proposta que acerca da dimensão  
1358 pedagógica, excluindo-se a carga horária do PPC das disciplinas relacionadas à formação  
1359 (pedagógica), a carga horária de conhecimentos específicos (de formação pedagógica) totalizaria  
1360 o de 633.0 horas, considerando as disciplinas elencadas na Tabela 2 do PPC. O Parecerista  
1361 Externo do Curso comentou que consideradas as cargas horárias mínima (3.266.7h) e máxima do  
1362 curso (3.426.7h), a dimensão pedagógica perfazer ia, respectivamente, 19.4% e 18.5% da carga  
1363 horária total do curso. O servidor Higor Henrique de Souza Oliveira destacou em seu parecer que,  
1364 de acordo com o posto no art. 11 da Resolução CNE/CP nº1/2002, mantido na forma do parágrafo  
1365 5º do art.13 da Resolução CNE/CP nº02/2015, nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação  
1366 infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental a serem desenvolvidos em projetos de cursos articulados,  
1367 deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e  
1368 nas demais licenciaturas, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da  
1369 carga horária total”. O servidor Higor Henrique de Souza comentou, por intermédio do documento  
1370 de Parecer Externo por ele tecido que ao analisar o Parecer CNE/CES nº213/2003, a PCC (Prática  
1371 como Componente Curricular) poderia ser computada para integralizar um quinto (1/5) da carga  
1372 horária total e que, nesse caso, a dimensão pedagógica atenderia ao posto no parágrafo 5º do art. 13  
1373 da Resolução CNE/CP nº02/2015. Nada obstante a isso, de acordo com a leitura do Parecer  
1374 CNE/CES nº197/2004, a PCC não deveria ser computada para integralização/composição deste  
1375 um quinto (1/5) da carga horária total. Nesse caso, as 633.0 horas não satisfariam o mínimo de  
1376 20% da carga horária total do curso a qual deveria ser destinada à dimensão pedagógica,  
1377 principalmente, ao se considerar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Parecerista Externo  
1378 do Curso notou que as orientações dos Pareceres CNE/CES nº213/2003 e CNE/CES nº197/2004  
1379 seriam conflitantes no que concernia ao cômputo, ou não, da carga horária da PCC para  
1380 integralizar a dimensão pedagógica nos cursos de licenciatura, permitindo duas interpretações  
1381 para cumprimento do art.13 da Resolução CNE/CP nº2/2015. Higor Henrique de Souza Oliveira  
1382 veio a recomendar a que fossem seguidas as orientações inseridas no documento de parecer mais  
1383 recente- o Parecer CNE/CES nº197/2004, de modo a que a dimensão pedagógica viesse a ser  
1384 contemplada sem o cômputo da carga horária destinada à PCC. Desta maneira, seria demandado  
1385 a que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) viesse a discutir acerca da dimensão pedagógica no  
1386 curso e viesse a proceder com as adequações de carga horária para atendimento. Em relação ao  
1387 item “IV. Dos Planos de Ensino das Disciplinas”, o Parecerista Externo do Curso, apontou que os  
1388 Planos de Ensino estariam adequados à proposta de cada componente curricular contemplando a  
1389 ementa, objetivos e conteúdo programático bem definidos. Higor Henrique de Souza Oliveira  
1390 indicou que todos os planos contemplariam, no mínimo, três bibliografias básicas e cinco  
1391 bibliografias complementares, de acordo com as recomendações da Coordenadoria de  
1392 Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, tendo apontado as  
1393 seguintes sugestões de alteração/modificação: (1) a disciplina Química Inorgânica não  
1394 contemplaria conteúdos programáticos importantes da área como estrutura dos sólidos simples e  
1395 teorias ácido-base de *Bronsted-Lowry* e *Lewis* e que, em contrapartida, o conteúdo programático  
1396 “obtenção de substâncias de elementos representativos a partir de recursos minerais” que poderia  
1397 ser abordado na disciplina Mineralogia. Higor Henrique de Souza Oliveira recomendou  
1398 especificar os conceitos abordados no tópico “Estrutura molecular e ligação”, a qual encontrar-  
1399 se-ia bastante abrangente. O Parecerista Externo do curso comentou que pela especificidade e  
1400 distinção dos conteúdos programáticos sugerir-se-ia dividir a disciplina Mineralogia e Compostos  
1401 de Coordenação (04 aulas) em duas disciplinas: Mineralogia (02 aulas) e Química Inorgânica II (02  
1402 aulas). Higor Henrique de Souza Oliveira pontuou que na disciplina Química Inorgânica II  
1403 poderiam ser trabalhados os conteúdos relativos à Química de Coordenação, Química do Estado  
1404 Sólido e Bioinorgânica. Para o item “V. Corpo Docente e Infraestrutura”, o Câmpus Suzano  
1405 possui infraestrutura adequada ao oferecimento do curso de Licenciatura em Química e o corpo  
1406 docente indicado seria adequado ao exercício do magistério (no curso proposto), sendo

1407 constituído, quase em sua totalidade, por mestres e doutores em Regime de Dedicção Exclusiva  
1408 (RDE) e com formação em áreas afins das disciplinas contempladas na Estrutura Curricular do  
1409 curso. Higor Henrique de Souza Oliveira disse que caberia ressaltar que a indicação de  
1410 professores especialistas no PPC de graduação não estaria alinhado ao preconizado pelo art.66 da  
1411 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº9.394/1996 o qual estabeleceria que:  
1412 *“A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação,*  
1413 *prioritariamente, em programas de mestrado e doutorado”*. Quanto à tal pontuação essa poderá  
1414 ser apenas a cunho de reflexão- disse à mesa a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos  
1415 Santos. Com relação ao item “VI. Parecer”, o Parecerista Externo da proposta, servidor Higor  
1416 Henrique de Souza Oliveira, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso deverá: a) realizar,  
1417 em caso de acolhimento as sugestões, as alterações indicadas no item “4” da Seção III do Parecer  
1418 por ele elaborado; b) realizar, para cumprimento das exigências institucionais e legais, as inserções  
1419 indicadas nos itens 5,6 e 7 da Seção III deste Parecer e, por fim, a *posteriori* de que efetuadas  
1420 todas as revisões necessárias, tal parecer declararia favorabilidade à aprovação da proposta de  
1421 reformulação do Curso Superior de Licenciatura em Química do Câmpus Suzano- concluiu, em  
1422 fala, a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos, Técnica em Assuntos Educacionais  
1423 e Coordenadora da Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino. Quanto ao  
1424 apontamento do 1/5 e acerca da questão dos professores especialistas estas não,  
1425 compulsoriamente, deverão ser atendidas por parte da equipe pedagógica do câmpus- adicionou,  
1426 em fala, a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Em seguida, o Presidente do  
1427 Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, veio a ceder palavra  
1428 aos membros da mesa de forma a que estes pudessem vir a tecer considerações sobre o Projeto  
1429 Pedagógico de Curso *sob* exame. Fora requerido uso de fala por parte do membro do Comitê  
1430 Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o qual teceu as seguintes recomendações à  
1431 proposta: (1) No item Justificativa e Demanda de Mercado do PPC, através de estudo exploratório  
1432 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) , são deveras alarmantes os  
1433 dados apresentados com relação aos docentes despreparados; acerca da (2) Bibliografia Básica  
1434 são encontradas edições de anos 1990, 1992, 1994, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2004, 2006,  
1435 2007, 2008 e 2009 sendo necessária a atualização da data das edições; (3) no plano do componente  
1436 curricular “Educação e Sociedade”, quando mencionado acerca da ministração junto aos discentes  
1437 dos conteúdos sobre “Sociologia da Educação” em campo “conteúdo programático” onde  
1438 apresentada a proposta de abordagem sobre os “paradigmas teórico-clássicos e contemporâneos”  
1439 e a “educação em *Émile Durkheim* (socialização e teoria da coesão social), sugerimos a que seja  
1440 feita contraposição (comparação) entre a obra “Imaginação Sociológica” de *Charles Wright Mills*  
1441 e a obra “ *O mito ou Alegoria da Caverna*”, Livro VII, Da República de Platão. Inclusive,  
1442 sugerimos agregar a obra à bibliografia básica. (4) No conteúdo “Temas Contemporâneos de  
1443 Sociologia da Educação”, sugerimos a inclusão do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos  
1444 introduzida pela Lei nº12.305.de 02/08/2010, que *Institui a Política Nacional de Resíduos*  
1445 *Sólidos; altera a Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências* como do  
1446 Marco Regulatório, através do Decreto Lei nº7.404.de 23/12/2010, que *Regulamenta a Lei nº*  
1447 *12.305,de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o*  
1448 *Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a*  
1449 *Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências*, o qual dispõe de  
1450 interface com a Lei nº11.445, de 05/01/2007, que *Estabelece diretrizes nacionais para o*  
1451 *saneamento básico; altera as Leis nº6.766,de 19 de dezembro de 1979, 8.036,de 11 de maio de*  
1452 *1990,8.666,de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº6.528,de*  
1453 *11 de maio de 1978; e dá outras providências* e a Lei nº9.605.de 12/02/1998, que *Dispõe sobre*  
1454 *as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente,*  
1455 *e dá outras providências*, de tal maneira que se atenda à Lei nº9.795.de 24/04/1999, que *Dispõe*  
1456 *sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras*  
1457 *providências*. Entendemos que tais reflexos dar-se-ão sobre o componente curricular Química  
1458 Ambiental e Tratamento de Resíduos e Efluentes bem como de Gestão Ambiental. (5) Na página  
1459 76 do PPC, no campo relativo à Bibliografia Básica, quando da referenciação do 3º item ficou  
1460 faltante a data de edição do respectivo título. (6) Para o componente Química Ambiental,

1461 sugerimos incluir como obra de Bibliografia Básica o título “Lixo Urbano: o que você precisa  
1462 saber sobre o assunto”, de *Cláudio Fernando Mahler*. Faperj, Editora Revan, 2012 (compêndio de  
1463 artigos); o (7) acréscimo, no componente Química Ambiental, do acordo do Benzeno assinado  
1464 em 28/09/21995; a Portaria nº14, de 20/12/1995, a qual acompanha e regulamenta através do  
1465 anexo 13-A da Norma Regulamentadora (NR) nº15: da Portaria nº3.214.de 08/06/1978, que  
1466 Aprova as Normas Regulamentadoras –NR’s- do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis  
1467 do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho”, as quais tratam sobre as  
1468 atribuições e procedimentos para prevenção da exposição ocupacional ao benzeno, produto esse,  
1469 comprovadamente, cancerígeno, visando a proteção da saúde da população. Ainda, nessa  
1470 disciplina, sugerir-se-ia a que, quando da ministração de tal componente curricular, viesse a ser  
1471 trazido à debate junto aos estudantes o documentário *O veneno está na mesa* do cineasta *Silvio*  
1472 *Tendler* (facilmente encontrado nas redes sociais) e como (8) o câmpus trabalha (atua  
1473 interventivamente sobre) a questão da evasão? Fora arguido aos demais membros da mesa por  
1474 parte da Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo  
1475 Neves e por parte da servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos se caso estes gostariam  
1476 de formular algum outro questionamento ou mesmo vir a tecerem considerações para a proposta  
1477 em tela. Veio de ser requisicionado uso da palavra por parte do membro do Comitê Técnico-  
1478 Profissional, Sr. Renato Almada Alonso, o qual questionou à equipe /representantes do câmpus  
1479 acerca da disciplina Prática Pedagógica I do/no 2º Semestre do curso e da disciplina Prática  
1480 Pedagógica II do 4º Semestre do curso, havendo-se o espaço de um (1) semestre, aproximada e/ou  
1481 exatamente entre ambas. Tais disciplinas se intercomunicam em abordagem? – perguntou aos  
1482 representantes da proposta/do câmpus o membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Renato  
1483 Almada Alonso. Em contradição ao que fora, ordenadamente, perguntado por parte dos membros  
1484 do Comitê Técnico- Profissional do IFSP, Srs. José Luiz Borges Andreoli e Renato Almada  
1485 Alonso, a servidora Mônica Maria Biancolin falou à mesa que, quanto à questão da evasão,  
1486 quando o curso principiou em oferta, não havia o estabelecimento de uma identidade específica,  
1487 plenamente, estabelecida aos cursos superiores de licenciatura no câmpus, fato esse o qual pode  
1488 soar estranho, porém, o qual dispõe de reflexo direto no que tange à permanência e êxito dos  
1489 estudantes. Nossa equipe é nova (“chega agora”) e estamos “abraçando” o desenvolvimento dessa  
1490 proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) no câmpus, e, nas reuniões das quais temos  
1491 participado, seja por meio da constituição/instituição de comitês, ou outras (tipologias  
1492 organizativas de trabalho), os quais visam trabalhar/abordar a questão de pertença/pertencimento  
1493 e de entendimento sobre o que se compreende ser professor/ser docente. O Câmpus Suzano do  
1494 IFSP, em data de 24/10/2017 próximo, promoverá um evento/Palestra intitulada “*Ser Professor*  
1495 *no caos do mundo: desafios e possibilidades*” durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia  
1496 (SNCT) 2017 no Ginásio de Esportes Paulo Portela, situado na Rua Barão de Jaceguai, nº375,  
1497 Suzano/São Paulo- SP, que contará com a participação do Prof.Dr. Antônio Nóvoa, professor  
1498 catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Reitor honorário da mesma  
1499 universidade, com a finalidade de que os estudantes compreendam a importância do que é ser  
1500 docente/ser professor bem como acerca da importância desse profissional no contexto atual.  
1501 Agradecemos, em muito, à nossa pedagoga do câmpus, a servidora Madalena Alves Vieira de  
1502 Oliveira, a qual busca valorizar, sobremaneira, a questão sobre ser docente. O índice de evasão  
1503 verificado para o curso, neste último semestre, modificou, sobremaneira. Vemos nossos  
1504 estudantes participando de grande parte das atividades do curso bem como das desenvolvidas no  
1505 câmpus; desejando, de fato, se tornarem docentes. Este compreende um trabalho árduo, difícil de  
1506 ser realizado, porém estamos obtendo pequenos, gradativos e significativos sucessos. Nesse ano  
1507 de 2017 temos conseguido manter uma turma de estudantes completa no curso, o que antes não  
1508 fora possível de ser realizado no ano de 2015. Nesse âmbito, veio a ser solicitada fala por parte da  
1509 servidora Madalena Alves Vieira a qual disse que tal turma a qual ainda encontrar-se-ia em curso  
1510 ingressou no ano de 2015 e, repentinamente, havia apenas a metade do número de estudantes no  
1511 terceiro (3º) semestre do curso. Ao efetuarmos tal análise/levantamento/questionamento,  
1512 pudemos ouvir relatos obtidos junto à diversos estudantes acerca desses fatores  
1513 (geradores/desencadeadores) da evasão no curso. Muitas vezes, inclusive, tais estudantes ficam  
1514 sabendo antes de nós docentes o motivo de aluno(a) “a” ou “b” ter deixado o curso/câmpus. Há.

1515 portanto, alguns fenômenos os quais esbarram na questão da permanência e êxito, inclusive a  
1516 questão de recebermos alunos. Recebemos alunos das diversas localidades do Estado de São  
1517 Paulo, advindos do processo do SISU (Sistema de Seleção Unificada) do MEC (Ministério da  
1518 Educação), logo, dada a distância do local de residência/moradia deste(a)s em relação à  
1519 localização do câmpus, este(a)s ou pedem transferência à uma outra unidade/câmpus nosso e/ou  
1520 terminam por abandonar o curso- concluiu, em fala, a servidora Madalena Alves Vieira. Há, por  
1521 outro lado, alguns estudantes os quais, por mais que disponham da possibilidade de transferência  
1522 não o requisicionariam de tanto gostarem de nosso curso/câmpus. A partir disso, percebemos que  
1523 o fato de localização pode e/ou não se constituir como um determinante, mas não o único, posto  
1524 que se caso viabilizado um excelente e qualitativo trabalho no câmpus, tal questão seria, nalguns  
1525 casos, passível de ser revertida- acrescentou, em fala, a servidora Mônica Maria Biancolin.  
1526 Estamos localizados no município de Suzano, nada obstante a isso, nossos alunos do curso vêm  
1527 a ser oriundos de outras diversas localidades. Temos nos empenhado, por intermédio da realização  
1528 de diversos estudos, em mudarmos as formas de entrada/ingresso em nosso curso, vindo a nos  
1529 utilizar de cinquenta por cento (50%) de entrada de novos estudantes pelo SISU e outros cinquenta  
1530 por cento (50%) por meio de vestibular interno (o qual deveria contar com maciça divulgação).  
1531 Outro foco de ação a ser tomada pelo nosso câmpus compreenderia o de haver maior divulgação  
1532 do câmpus/da unidade existente nesse arranjo locorregional desde o ano de 2010. Tal ação viria  
1533 a favorecer o desenvolvimento da identidade institucional do câmpus no APL (arranjo produtivo  
1534 local) atendendo à população do município- disse ao pleno do Comitê a representante do câmpus,  
1535 servidora Madalena Alves Vieira. Sobre a questão outra/segunda pontuada por parte do membro  
1536 do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Renato Almada Alonso sobre o "esparçamento" verificado  
1537 na Grade/Estrutura Curricular do curso entre os componentes de Prática Pedagógica I e Prática  
1538 Pedagógica II, caberia esclarecermos que tal disciplina viria a atuar sobre uma "lacuna" dantes  
1539 existente de trabalho entre as disciplinas (interdisciplinar) no curso. Tanto o componente  
1540 curricular de Prática Pedagógica I como o de Prática Pedagógica II focam no trabalho de  
1541 conteúdos os quais estão sendo ministrados naquele(s) semestre(s) específico(s) do curso, no caso,  
1542 respectivamente, o 2º (segundo) e o 4º (quarto) semestres, com enfoque na interdisciplinaridade.  
1543 Não seria, propriamente, um elo entre as disciplinas deste(s) mesmo(s) semestre(s) e, sim, (um  
1544 elo) com o(s) semestre(s) em que são ministradas. Podemos em breve, após amplos e profundos  
1545 estudos e discussões no âmbito do câmpus, buscarmos em viabilizarmos tal ajuste/alteração em  
1546 sentido de aproximarmos tais componentes curriculares (isto é, os de Prática Pedagógica I e de  
1547 Prática Pedagógica II). Não há dúvidas de que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) da proposta  
1548 virá a analisar quanto a esse aspecto (se opcionado o manutenção e/ou a revisão deste(s)  
1549 mesmo(s) componente(s) curricular(es))- adicionou à mesa a servidora Mônica Maria Biancolin.  
1550 Ora, a Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo  
1551 Neves, veio a esclarecer aos presentes sobre as formas de ingresso ao curso. Sobre a adesão ao  
1552 SISU, esta dar-se-ia de modo institucional, logo, que a participação do IFSP funcionaria com a  
1553 participação de cem por cento (100%) das vagas no SISU. Ora, a veio a ser arguido ao Presidente  
1554 do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves, se caso alguns  
1555 câmpus estariam desenvolvendo processos seletivos de ingresso, separadamente. Em resposta, o  
1556 Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre Aldo Neves disse  
1557 que não e que a adesão, iteradamente, seria a de 100% pelo SISU. Tais processos seletivos por  
1558 esses câmpus viabilizados seriam relativos à processos seletivos para completude/preenchimento  
1559 de vagas remanescentes. Tais processos são anteriores. Num primeiro momento, a adesão  
1560 institucional seria pelo SISU em 100% (cem por cento). A adesão da instituição passa por  
1561 instâncias superiores. Hoje dispomos de uma posição institucional "x", entretanto essa não  
1562 compreende uma postura sólida e/ou estática, mas sim, dinâmica- disse ao pleno do Comitê  
1563 Técnico-Profissional, o servidor Alexandre Aldo Neves. E qual seria a melhor forma com vistas  
1564 a encaminharmos discussões nesse sentido? - arguiu ao Presidente do Comitê Técnico-  
1565 Profissional, em exercício, a servidora Madalena Alves Vieira. Tal demanda pode chegar até a  
1566 Diretoria de Políticas de Acesso e Permanência/ Coordenadoria do Processo Seletivo da Pró-  
1567 Reitoria de Ensino do IFSP e, oportunamente, o Pró-Reitor de Ensino, precisará pautar tal  
1568 demanda no Colégio de Dirigentes (COLDIR) e/ou no órgão do Conselho Superior (CONSUP)

1569 do IFSP- retornou, em fala, aos representantes do câmpus, o servidor Alexandre Aldo Neves,  
1570 Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício. Temos uma outra dúvida para a qual  
1571 gostaríamos de solicitar esclarecimentos por parte deste Comitê. Com relação às datas do (a)s  
1572 títulos/obras de bibliografia básica, dispomos de dois (2) documentos de Projetos Pedagógicos de  
1573 Cursos (PPC's) sendo atualizados nesse momento. Um primeiro o qual compreende o deste curso  
1574 superior de licenciatura o qual está sendo estruturado de forma a atender à nova legislação do  
1575 Ministério da Educação (isto é, à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que *Define as Diretrizes*  
1576 *Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de*  
1577 *formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*)  
1578 bem como o relativo à uma outra proposta de curso superior também ofertado pelo câmpus.  
1579 Opcionamos por conservar em referência ao longo dos Planos dos Componentes Curriculares  
1580 (campos de bibliografias básica e complementares) apenas obras as quais dispomos, realmente,  
1581 em nosso acervo, ou seja, na biblioteca do câmpus, especialmente, considerando-se, de  
1582 semelhante modo, o fato de nosso curso estar em processo de reconhecimento- falou ao pleno a  
1583 servidora Mônica Maria Biancolin. Constantemente, há apontamentos nesse sentido, em questão  
1584 de se proceder a atualização das obras indicadas no documento de Projeto Pedagógico de Curso  
1585 (PPC), sejam estas básicas ou complementares- replicou, em fala, o membro do Comitê Técnico-  
1586 Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Nesse instante, fora comentado pela mesa que havia  
1587 certa problemática no que diz respeito à aquisição de novos títulos por parte dos câmpus do IFSP  
1588 e que tais obras novas a serem compradas somente poderiam ser alteradas no documento de PPC  
1589 *a posteriori* de que, efetivamente, incorporadas ao acervo bibliográfico/à biblioteca. Por fato dos  
1590 procedimentos de avaliação/ visita *in loco* por parte do órgão do Ministério da Educação, a  
1591 exemplificar-se do reconhecimento de curso, tal processo poderia ser "prejudicado" com tal  
1592 procedimento e, ainda mais, os próprios discentes os quais não poderiam contar com a  
1593 disponibilidade de tal(is) obra(s) no acervo do câmpus. Fora solicitada palavra por parte da  
1594 servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos a qual disse que gostaria de tecer elogio à  
1595 proposta em discussão. Este curso deu "grandes passos" desde o momento em que tal proposta  
1596 fora inicialmente protocolada/submetida à análise(s) por parte do órgão da Coordenadoria das  
1597 Licenciaturas da Diretoria de Graduação da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, o qual dantes  
1598 continha parte da grade contendo carga horária a distância, agora o qual compreende um curso  
1599 preocupado com os aspectos de formação didática e prática pedagógica, que conta com toda uma  
1600 instrumentação ao ensino da Química, contando com laboratório de ensino específico na área,  
1601 entre outros aspectos, podemos notar, clarificadamente, o foco/objetivo maior de formação dos  
1602 profissionais docentes da área. A servidora Mônica Maria Biancolin veio a iterar o convite a  
1603 todo(a)s o(a)s membro(a)s do Comitê Técnico-Profissional e demais presentes quanto à  
1604 assistirem/participarem da Palestra da SNCT 2017 Câmpus Cubatão do IFSP com o Prof. Dr.  
1605 Antônio Nóvoa. A Presidência do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor Alexandre  
1606 Aldo Neves, veio a agradecer à presença e ao convite feito por parte dos representantes do câmpus.  
1607 Após discussão, o Comitê Técnico- Profissional emitiu as seguintes determinações ao curso: 1.  
1608 Atender às recomendações do Parecerista Externo do Curso, Sr. Higor Henrique de Souza, vindo  
1609 a justificar, quando do não atendimento; e, 2. Observar e atender às recomendações feitas pelo  
1610 membro do Comitê Técnico-Profissional do IFSP, Sr. José Luiz Borges Andreoli, listadas em  
1611 documento anexo. O Comitê Técnico- Profissional decidiu que o Projeto Pedagógico de Curso,  
1612 uma vez atendidas as considerações contidas neste parecer, poderá ser encaminhado ao Conselho  
1613 Superior para análise e deliberação. Veio a ser dada continuidade em abordagem ao quarto e  
1614 último item de Pauta/Ordem do Dia concernente à Proposta de **Reformulação** para o **1º Semestre**  
1615 **de 2018 do 4. Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Câmpus Caraguatatuba-**  
1616 **Processo nº 23310.000323.2017-51/ Horário: 15: 00h.** O Projeto Pedagógico de Curso foi  
1617 apresentado pelos servidore(a)s (a)Rafael Nogueira Luz, Natália Nassif Braga e Luis Américo  
1618 Monteiro Junior. A servidora Natália Nassif Braga, preliminarmente, veio a saudar a todo(a)s  
1619 presentes tendo dito que a oferta/oferecimento da proposta pedagógica do Curso Superior de  
1620 Licenciatura em Matemática do Câmpus Caraguatatuba principiou no ano de dois mil e onze  
1621 (2011); que o objetivo do curso seria o de formar professores licenciados na área de Matemática  
1622 para a Educação Básica que tenham uma ampla visão do papel do educador; capazes de trabalhar

1623 em equipes interdisciplinares e multidisciplinares as quais concebam o conhecimento matemático  
1624 como um instrumento de intervenção no cotidiano e no mundo do trabalho. Nossa proposta se  
1625 estende/vai além/ ultrapassa a formação meramente técnica sobre os conhecimentos matemáticos.  
1626 Nossa proposta seria a de inserção do(a)s licenciado(a)s nesse contexto educacional concebendo  
1627 a escola como um *lôcus* de inserção social, uma vez estando intimamente relacionada a escola e  
1628 (com) a sociedade de forma a lidar com todas essas nuances nela presentes. Principalmente,  
1629 trabalhando-se dentro de uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar. Tal ponto vem a se  
1630 fazer *mui* importante quando pensamos na concepção de ensino, posto o fato de tais perspectivas  
1631 nos propiciarem uma visão ampla, tanto da sociedade como de seus problemas e questões, para  
1632 que tais pontos possam ser transpostos/trazidos ao cotidiano/contexto escolar de forma adequada.  
1633 Como Justificativa e Demanda de Mercado, cabe mencionarmos que existe uma demanda  
1634 nacional com relação à (docentes) licenciados na área da Matemática. Trazemos, nessa  
1635 oportunidade, alguns dados do INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
1636 Anísio Teixeira (2015) do Censo Escolar por meio dos quais destaca-se haver cerca de cento e  
1637 quarenta e dois mil (142) docentes/profissionais os quais lecionam a disciplina de Matemática,  
1638 dentre estes cento e quarenta e dois mil profissionais, número em torno de setenta e três mil (73)  
1639 não dispõem de licenciatura específica na área da Matemática para atuar em instituições escolares  
1640 (escolas). No litoral norte do Estado de São Paulo temos, dentro desse contexto, ainda muito  
1641 limitado e recente, a oferta de vagas para cursos superiores de licenciatura. Há o Instituto Federal  
1642 de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (o IFSP) o qual vem a ofertar o Curso Superior  
1643 de Licenciatura em Matemática bem como há, na região, um outro curso da rede privada  
1644 desenvolvido na modalidade EaD (a distância). Ainda assim, tal oferta regional não vem a ser  
1645 suficiente com vistas a atender a toda a demanda do litoral, visto o fato de haver muitos  
1646 profissionais não licenciados atuando na ministração de aulas da disciplina/área de Matemática  
1647 na região. Nosso Curso Superior de Licenciatura em Matemática se justifica por essa demanda  
1648 regional social em oferta e quanto à reformulação pela necessidade de readequação do documento  
1649 de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) com vistas a acolher ao disposto na Resolução CNE/CP  
1650 nº2, de 1º de julho de 2015, que *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação*  
1651 *inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados*  
1652 *e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;* aos apontamentos feitos por  
1653 parte dos avaliadores da equipe do Ministério da Educação (MEC) quando da realização no ano  
1654 de 2014 de visita para avaliação *in loco* do curso; sugeridas pelo Núcleo Docente Estruturante  
1655 (NDE) e Colegiado de Curso, dos resultados obtidos pelo ENADE (Exame Nacional de  
1656 Desempenho dos Estudantes) bem como por parte dos estudantes do curso (dos *feedbacks* dados  
1657 por este(a)s alunos. Ora, fora dada prossecução à apresentação por parte do servidor Rafael  
1658 Nogueira Luz, a partir do item Estrutura Curricular. Inicialmente, o servidor Rafael Nogueira Luz  
1659 veio a saudar a todos os presentes tendo comentado que com relação à Estrutura Curricular do  
1660 Curso reformulada esta se deu, iteradamente, em atendimento ao preconizado na Resolução  
1661 CNE/CP nº2, de 01/07/2015; aos apontamentos da avaliação *in loco* feita no ano de 2014 por  
1662 parte dos avaliadores de parte do órgão do Ministério da Educação do IFSP, aos resultados do  
1663 ENADE obtidos por parte dos discentes, a partir do *feedback* trazido por eles sobre as dificuldades  
1664 encontradas, tanto no início como na metade do semestre do curso, bem como por parte do Núcleo  
1665 Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso (por meio das quais-reuniões realizadas-  
1666 referendada a participação discente). A organização do curso se mantém organizada em oito (8)  
1667 semestres. Foram inseridos componentes curriculares optativos. Inicializamos, neste ano de 2017,  
1668 a oferta do Curso Superior de Licenciatura em Física e do Curso Superior de Engenharia Civil, o  
1669 rol de componentes curriculares optativos está muito mais interessante, possibilitando ao câmpus  
1670 oferecer aos discentes uma formação mais ampla e diversa. Com relação às principais mudanças  
1671 feitas em comparado à Estrutura Curricular do Curso anteriormente proposta, cabe destacarmos  
1672 que na grade antiga, antes, no 7º (sétimo) Semestre do curso era previsto o oferecimento da  
1673 disciplina de Lógica. Fora apontado pelos estudantes/discentes que tal disciplina seria introdutória  
1674 ao conhecimento da Matemática, no que concerne à estruturação do pensamento/raciocínio  
1675 matemático, assim sendo, tal componente passou a figurar no 2º Semestre do curso (como uma  
1676 disciplina de base). Caberia salientarmos que a disciplina de Lógica não exigiria qual (is) quer

1677 conhecimento (s), avançado(s) o(s) qual(is) obrigassem sua permanência no 7º (sétimo) semestre  
1678 do curso, sendo uma disciplina de base. Foram inclusos novos componentes curriculares a  
1679 exemplo da Educação Inclusiva, Avaliação da Aprendizagem, tópicos esses bastante importantes  
1680 à proposta ambos também citados na Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015. Houve, de  
1681 igual modo, uma reestruturação nas disciplinas de base pedagógica, distribuindo-as/colocando-as  
1682 principalmente, no 1º, 2º, 3º e 4º Semestres do curso. Dessa maneira, quando o(s) estudante(s)  
1683 viessem a iniciar a realização da atividade de estágio no 5º Semestre do curso, este(a)s disporiam  
1684 do subsídio de conhecimentos sociológicos, filosóficos, históricos e psicológicos (de educação)  
1685 necessários. Afora as outras disciplinas, igualmente, acrescentadas à proposta: de Diálogos entre  
1686 Currículo e Avaliação e a Educação em Direitos Humanos. No que diz respeito à parte específica  
1687 da Matemática, as principais alterações efetuadas na proposta foram: alguns componentes da parte  
1688 específica profissionalizante, a exemplo de Teoria dos Números, para os quais havia somente  
1689 duas (02) aulas, os estudantes da proposta comunicaram ter se deparado/enfrentado grandes  
1690 dificuldades com relação à realização do ENADE no ano de 2014, logo, vieram a ser acrescidas  
1691 quatro (04) aulas semanais. Visto ser, igualmente, viável, foram acrescidas/procedeu-se o  
1692 aumento de mais duas (02) aulas semanais ao componente Laboratório de Ensino da Matemática  
1693 II do 8º (oitavo/último) semestre do curso, posto abordar a Educação a Distância- tema  
1694 fundamental nos dias de hoje. Os futuros profissionais/egressos do curso precisam estar prontos  
1695 a fim de darem cabo a essas demandas. Com relação à Estrutura Curricular do Curso, essas  
1696 compreenderam as principais mudanças feitas por nós. Sobre a Infraestrutura atualmente  
1697 disponível do Câmpus Caraguatatuba como prevista para o desenvolvimento do (a qual  
1698 necessitamos ao) Curso em discussão caberia comentarmos que o curso vem a necessitar de quatro  
1699 (04) salas de aula. No turno da manhã há a disponibilidade de seis (6) salas de aula. O espaço  
1700 físico do Laboratório de Ensino da Matemática, que compreende uma demanda específica da  
1701 área de Matemática já existe/consta implantado no câmpus, vindo a dispor de  
1702 computadores/jogos, sólidos geométricos, entre outros equipamentos, em funcionamento integral  
1703 ao curso em tela (nos períodos da manhã, tarde e noite). O curso conta com laboratório específico  
1704 na área de Informática, no qual, na parte da manhã, se faz divisão das aulas. Necessitaríamos de  
1705 dois (02) laboratórios, tendo nós no câmpus, sete (07) laboratórios implantados. Nossa biblioteca  
1706 conta com um espaço amplo e acervo (totalmente) completo. Ademais, em visita *in loco* realizada  
1707 por parte dos avaliadores do Ministério da Educação (MEC) no ano de 2014, nos rendeu boa  
1708 avaliação com relação à disponibilidade de obras/títulos tanto de bibliografia básica como  
1709 complementar (em suficiência). Quanto ao Laboratório de Ciências Naturais, posto contarmos  
1710 com as disciplinas de Física e interface da Matemática com a Física, este vem a ser suficiente à  
1711 ministração da proposta (do curso). Acerca do Corpo Docente necessário à ministração da  
1712 proposta, tanto da parte/área da Matemática como da parte/área de Linguagens e da Pedagógica,  
1713 atualmente: temos no câmpus vinte (20) docentes os quais atuam diretamente/ministram aulas  
1714 nesse curso (em seus respectivos semestres) e, alguns docentes, atuando, mais precisamente, na  
1715 ministração de aulas de determinada(s) disciplina(s). Temos sete (07) docentes da área da  
1716 Matemática em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE) e quatro (04) professores da área de  
1717 Física, semelhantemente, os quais dispõem de Regime de Dedicção Exclusiva (RDE). Além de  
1718 três (03) docentes do Núcleo Pedagógico do curso. O curso conta com docente da área de LIBRAS  
1719 (Língua Brasileira de Sinais), a qual atua em regime de vinte horas (20h) no câmpus. Da parte/área  
1720 de Línguas o curso, por sua vez, conta com três (03) docentes, sendo que dois dentre estes  
1721 (professores) dispõem de habilitação/formação em Português/Inglês. O corpo docente, da forma  
1722 como composto e atualmente previsto, atende, suficientemente à todas as demandas e oferta da  
1723 proposta *sob* exame. No que diz respeito ao corpo técnico e administrativo, no momento, nosso  
1724 câmpus conta com quarenta e cinco (45) técnicos administrativos. Dentre eles: assistente social,  
1725 pedagogo(a)s, psicóloga e técnico(a)s em assuntos educacionais. Sobre a oferta de vagas, nossa  
1726 oferta seria no turno matutino, com quarenta (40) vagas anuais. Nosso curso vem a ser organizado  
1727 a partir de oito (8) semestres, com aulas de cinquenta minutos (50 min) e dezenove (19) semanas,  
1728 posto que no turno matutino (da manhã) há seis (6) aulas. Assim sendo, tais dezenove (19)  
1729 semanas vem a ser suficientes por conta da carga horária posta pela Resolução CNE/CP nº2, de  
1730 01/07/2015. Como Trâmite e Considerações Finais, seria oportuno mencionarmos que a

1731 oferta/oferecimento do curso inicializou no ano de dois mil e onze (2011). No ano de dois mil e  
1732 quatorze (2014) fora realizada visita *in loco* por parte dos avaliadores do Ministério da Educação  
1733 (MEC) tendo nosso curso obtido conceito 4 (quatro). Até o final do ano passado (isto é, de 2016)  
1734 tivemos vinte e sete (27) alunos formados. Nesse momento, contamos com vinte e um (21)  
1735 bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) – programa esse  
1736 exclusivo da área da Matemática o qual já se encontra em desenvolvimento no câmpus há três (3)  
1737 anos. Há sete (7) bolsistas vinculados hoje ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação  
1738 Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
1739 e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIFSP) do Instituto Federal de  
1740 Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Há dois (02) bolsistas na área do ensino do  
1741 câmpus e onze (11) bolsistas na área da extensão, os quais envolvem o cine debate e o cursinho  
1742 popular desenvolvidos no câmpus. Existe (1) um outro bolsista do PIC- OBMEP- Programa de  
1743 Iniciação Científica da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas do CNPq do  
1744 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- concluiu, em fala, à mesa o  
1745 representante do câmpus, servidor Rafael Nogueira Luz. Encerrado o uso da palavra por parte dos  
1746 representantes do câmpus/proposta, o Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício,  
1747 servidor Alexandre Aldo Neves, veio a conceder fala à servidora Marcela Kleiciane Nascimento  
1748 dos Santos a qual procederia o trazimento das considerações tecidas ao projeto por parte do  
1749 Parecerista Externo da proposta, servidor Alexandre Pereira Chahad. O Parecerista Externo da  
1750 Proposta, servidor Alexandre Pereira Chahad, por meio do documento por ele formulado, veio a  
1751 pontuar no item “I. Introdução” que tal análise fora balizada na legislação da educação nacional  
1752 e dispositivos institucionais em vigor bem como considerada sua experiência docente, por três  
1753 anos, na qualidade de coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Física e Área do Núcleo  
1754 Comum do Câmpus Itapetininga. Como “II. Considerações Gerais”, o Parecerista Externo do  
1755 Curso, servidor Alexandre Pereira Chahad pontuou que o curso *sob* exame faria parte de uma  
1756 política governamental a qual objetivaria priorizar a formação de professores e que, dessa forma,  
1757 por força de lei, os Institutos Federais deveriam ofertar vinte por cento (20%) de suas vagas na  
1758 formação de professores. Alexandre Chahad comentou que, até essa data, existiriam diversos  
1759 entendimentos sobre como o percentual de vinte por cento (20%) deveria ser ofertado, se dentro  
1760 das licenciaturas ou na formação de professores. O Parecerista Externo do Curso comentou que  
1761 os dados governamentais apontariam hoje uma falta de, aproximadamente, 150.000 docentes nas  
1762 disciplinas de Física, Química e Matemática, sendo que a formação de maior demanda/deficiente  
1763 compreenderia a de licenciados em Física. Alexandre Pereira Chahad observou que a evasão nos  
1764 cursos superiores de licenciatura atingiria diversas universidades num patamar de 80% (oitenta  
1765 por cento). Logo, frisou quanto à importância de que viessem a ser fomentadas discussões sobre  
1766 como viria a se dar o acompanhamento discente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e  
1767 Núcleo Sociopedagógico (NSP). O Parecerista Externo do Curso, iterou dever ser prioridade tanto  
1768 do NDE como do Colegiado de Curso o dever de acompanhar o andamento das turmas e propor  
1769 atividades as quais pudessem vir a fomentar a permanência desses mesmos estudantes. Alexandre  
1770 Pereira Chahad veio a recomendar, fortemente, a que fossem apresentados cursos de Formação  
1771 Inicial e Continuada (FIC) como forma de completar as lacunas na formação básica dos alunos  
1772 ingressantes. O Parecerista Externo mencionou, por meio do documento formulado, que o PPC  
1773 em análise indicaria de modo exato (perfeitamente descrito) o perfil profissional do egresso e qual  
1774 deverá ser sua formação ao final do curso, não devendo, dessa forma, tal seção/texto/descrição  
1775 passar por qual(is)quer alteração(ões). Concernente à “III. Estrutura Curricular”, Alexandre  
1776 Pereira Chahad comentou ser adequada à proposta de curso apresentada. Para o item “IV. Planos  
1777 de Ensino das Disciplinas”, o Parecerista Externo do Curso expôs estarem todos, igualmente,  
1778 alinhados ao curso previsto e que por se tratar de uma reformulação as bibliografias estariam  
1779 adequadas, contudo, por ser apresentada bibliografia com cerca de dez (10) anos e apenas alguns  
1780 títulos com maior tempo de publicação os quais poderiam apresentar alguma dificuldade para  
1781 aquisição. Acerca do item “V. Estágio Curricular Supervisionado”, o Parecerista Externo do  
1782 Curso disse, por meio do documento de Parecer elaborado, que a carga horária destinada à  
1783 atividade estaria adequada/ajustada à legislação em vigência bem como encontrar-se-ia  
1784 distribuída de forma adequada no documento de Projeto Pedagógico de Curso. Sobre o item

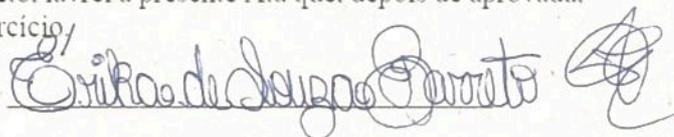
1785 “VI. Corpo Docente e Infraestrutura”. Alexandre Pereira Chahad mencionou que por ser uma  
1786 adequação (reformulação/requalificação) da proposta, não haveria impactos e ou possíveis  
1787 deficiências a serem superadas. Por fim, o Parecerista Externo do Curso, como “VII. Parecer”  
1788 seria favorável à proposta de reformulação do curso não havendo necessidade de serem  
1789 procedidas adequações adicionais- concluiu, por meio de leitura/exposição documental, a  
1790 servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. A servidora Marcela Kleiciane Nascimento  
1791 dos Santos disse aos representantes do câmpus que, para além do Parecer a ser emanado por parte  
1792 deste Comitê Técnico-Profissional (e possível (is) anexo(s)) e do documento formulado pelo  
1793 Parecerista Externo do Curso, Prof. Alexandre Pereira Chahad, ser-lhes-ia encaminhada  
1794 nova/outra Análise Técnico-Pedagógica (ATP) contendo alguns outros apontamentos necessários  
1795 ao projeto. Gostaria de aproveitar o ensejo de modo a trazer algumas observações/solicitar  
1796 possíveis esclarecimentos relativa(o)s à proposta- falou aos representantes da proposta e à mesa  
1797 (pleno do Comitê Técnico-Profissional) a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos.  
1798 Acerca da distribuição dos componentes curriculares de formação pedagógica, gostaríamos de  
1799 tecer elogio à proposta, principalmente, pelo fato de dispormos de conhecimento saber ser difícil  
1800 ser prevista a oferta de disciplina denominada Avaliação da Aprendizagem e/ou de componente  
1801 dedicado ao Currículo. Há, igualmente, no curso uma boa carga horária de prática de ensino. Faço  
1802 arguição à equipe pedagógica do câmpus no que diz respeito aos Projetos de Ensino e Pesquisa I  
1803 e II: tais disciplinas seriam voltadas à Prática de Ensino?- perguntou aos apresentadores da  
1804 proposta a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Seriam ambas voltadas à/  
1805 subsidiariam a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Existiria o componente  
1806 Metodologia do Trabalho Científico para além destes outros dois componentes curriculares os  
1807 quais dispormos de finalidade/propósito similar no curso, correto?- arguiu aos apresentadores da  
1808 proposta a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Seria interessante a que viesseis  
1809 a visitar tal carga horária possivelmente excessiva a ser destinada à tal atividade (de Trabalho  
1810 de Conclusão de Curso-TCC). Ora, fora requisicionado uso da palavra por parte da servidora  
1811 Natália Nassif Braga a qual falou ao pleno do Comitê Técnico- Profissional serem três  
1812 componentes, em virtude do de Metodologia do Trabalho Científico englobar o método, com a  
1813 questão histórica do método científico, do desenvolvimento, da modalidade de pesquisa, de forma  
1814 mais geral. Geralmente, o trabalho final dessa disciplina vem a ser um pré-projeto de pesquisa,  
1815 com vistas a que os alunos possam adquirir maior consciência do quanto precisariam articular  
1816 para elaborarem um projeto de pesquisa, a ilustrar-se da busca/procura de um(a) professor(a)  
1817 orientador(a), entre outros aspectos. Para elaboração efetiva deste TCC seriam necessários os  
1818 componentes Projetos de Ensino e Pesquisa I e II, do 7º e 8º Semestres do curso- falou à mesa a  
1819 servidora Natália Nassif Braga. Em meu entendimento, tais componentes curriculares do curso  
1820 deveriam dispor de maior dimensão pedagógica, na verdade. Quando do encaminhamento/envio  
1821 de Análise Técnico-Pedagógica (ATP) a vosso câmpus pontuaremos item específico nesse sentido  
1822 (sobre a recontagem e possível recomposição/completude dessa carga horária) - adicionou, em  
1823 fala, aos representantes do câmpus a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos.  
1824 Rememoramos, além disso, que a Prática como Componente Curricular (PCC) não contaria horas  
1825 pelo fato de ser prática. Como a dimensão pedagógica seria mais voltada à fundamentação teórica  
1826 acaba por não haver- pontuou, em fala, aos apresentadores da proposta a servidora Marcela  
1827 Kleiciane Nascimento dos Santos. Fora verificado, similarmente, quanto ao fato de haver duas  
1828 propostas de Inglês para fins específicos. Tal é a real necessidade do curso?- perguntou aos  
1829 representantes da projeto pedagógico do curso a servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos  
1830 Santos. Em contradição, o servidor Rafael Nogueira Luz comentou ao pleno de que tais  
1831 componentes – Inglês para fins específicos- haviam sido conservados como dantes previstos  
1832 desde o início de oferta da proposta. Tal componente (Inglês para fins específicos) com duas (02)  
1833 aulas semanais vinha sendo demandado pelos próprios estudantes ingressantes dada as  
1834 dificuldades e/ou necessidade de revisão da Língua bem como de forma a amparar/ dar  
1835 sustentáculo à elaboração de artigos/papers na área (ligados ao ensino) da matemática,  
1836 viabilizando/oportunizando a participação deste(a)s aluno(a)s em eventos científicos diversos. A  
1837 servidora Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos veio a questionar, ainda, em que componente  
1838 curricular da proposta estariam sendo abordados/tratados os conteúdos relativos à Gestão Escolar.

1839 e à Educação de Jovens e Adultos. Em retorno, a servidora Natália Nassif Braga comentou que o  
1840 seriam por meio da disciplina Práticas de Ensino I (componente curricular esse todo voltado à  
1841 gestão escolar). Cabe acrescentarmos em comentário que dantes essa disciplina previa apenas duas  
1842 (02) aulas semanais e agora passa a apresentar (04) aulas semanais (portanto, para o qual houve  
1843 ampliação de carga horária). Concernente à Educação de Jovens e Adultos, todo o conteúdo  
1844 programático necessário viria a ser abordado junto aos discentes por meio dos componentes  
1845 curriculares de Práticas de Ensino III e Práticas de Ensino IV. Fora verificado que o curso já viria  
1846 a dispor da disciplina de Educação Inclusiva- complementou a servidora Marcela Kleiciane  
1847 Nascimento dos Santos. Nada obstante a isso, também perpassa/permeia os componentes de  
1848 Práticas de Ensino, em que contemplado o uso de estratégias para flexibilizar/adaptar o ensino da  
1849 Matemática (numa perspectiva inclusiva)- replicou à mesa a representante da proposta, servidora  
1850 Natália Nassif Braga. O Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, servidor  
1851 Alexandre Aldo Neves, veio a ceder uso da palavra aos demais membros da mesa de modo a que  
1852 este(a)s pudessem expor suas considerações acerca da proposta em questão. Fora pedida fala por  
1853 parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli, o qual veio a  
1854 efetuar as seguintes sugestões à proposta *sob* análise: que o curso disporia do propósito de atender  
1855 à demanda regional (do município) de Caraguatatuba, demais municípios do entorno e, numa  
1856 visão mais ampla, dos municípios do Estado de São Paulo, vindo a congratular à equipe do  
1857 câmpus: que tal proposta seria importante ao aperfeiçoamento do ensino de matemática; que  
1858 seriam encontradas ao longo dos Planos dos Componentes Curriculares de Curso/Disciplinas  
1859 obras/títulos de bibliografia básica de anos 1978, 1979, 1982, 1986, 1987, 1991, 1995, 1996,  
1860 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 sendo necessário  
1861 atualizar as datas das edições; que na página 47 do documento de Projeto Pedagógico de Curso,  
1862 no campo objetivos, em que constante acerca de equações de primeiro e segundo grau, conceitos  
1863 da teoria dos conjuntos e álgebra básica e “Desenvolver e estimular a Educação Ambiental a partir  
1864 de reflexões sobre temas relacionados à disciplina”; e, na página seguinte (p.48) do documento de  
1865 Projeto Pedagógico de Curso, no campo conteúdo programático, constam relacionados: “função  
1866 domínio, função 1º grau, relação ao eixo x e ao eixo y” e os relativos ao meio ambiente/Educação  
1867 Ambiental para os quais houve menção de abordagem junto aos discentes do curso na página  
1868 anterior (p.47) do PPC; para o componente curricular Estudos em Educação: Enfoque sociológico,  
1869 no campo ementário fora identificada a citação do discurso sociológico dos autores clássicos das  
1870 Ciências Sociais: *Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber*, portanto, seria sugerido o acréscimo  
1871 da obra “Imaginação Sociológica” de *Charles Wright Mills*, especialmente, o Capítulo I- *A*  
1872 *Promessa* de modo a introduzir a “Alegoria ou Mito da Caverna” do Livro VII, de *A República*  
1873 de Platão a partir de um enfoque histórico-filosófico em que tratados Platão, Sócrates e  
1874 Aristóteles; para o componente curricular Educação em Direitos Humanos, no campo conteúdo  
1875 programático Políticas Nacionais de Educação Ambiental, sugerimos a inclusão do tema/ lei sobre  
1876 a Política Nacional de Resíduos Sólidos- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que *Institui a*  
1877 *Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá*  
1878 *outras providências* como do Marco Regulatório, através do Decreto Lei nº 7.404, de 23/12/2010,  
1879 que *Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de*  
1880 *Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o*  
1881 *Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras*  
1882 *providências*, o qual dispõe interface com a Lei nº 11.445, de 05/01/2007, que *Estabelece*  
1883 *diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de*  
1884 *1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de*  
1885 *1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências* e a Lei nº 9.605,  
1886 de 12/02/1998, que *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e*  
1887 *atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*, de tal maneira a que viesse a ser  
1888 atendido ao disposto na Lei nº 9.795, de 24/04/1999, que *Dispõe sobre a educação ambiental,*  
1889 *institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. O membro do  
1890 Comitê Técnico-Profissional, Sr. José Luiz Borges Andreoli mencionou que tais reflexos dar-se-  
1891 iam sobre o componente curricular Química Ambiental e Tratamento de Resíduos e Efluentes  
1892 bem como de Gestão Ambiental. Por fim, outro ponto o qual seria importante englobaria o

1893 quantitativo de componentes curriculares optativos ofertados, visto que o(a)s estudante(s) o (s)  
1894 qual(is) desejasse(m) se diferenciar e/ou especializar no mercado poderiam cursá-la(o)s. A  
1895 servidora Natália Nassif Braga, em nome da equipe do câmpus veio a concordar com o exposto  
1896 em relação à Educação Ambiental. Veio a ser requerida fala por parte da servidora Andreia Regina  
1897 Silva Cabral Libório a qual questionou acerca de como o câmpus/unidade estaria tratando, no  
1898 sentido de acompanhamento e controle) a questão da evasão, visto o fato de terem evadido treze  
1899 (13) anos do curso/turma. Em réplica a servidora Natália Nassif Braga disse à mesa que, na  
1900 verdade, seria vinte e sete (27) alunos evadidos consideradas três turmas formadas do curso e que  
1901 a Coordenadoria Sociopedagógica do Câmpus Caraguatatuba efetuará trabalho contínuo de  
1902 acompanhamento junto aos discentes do curso/câmpus. Ainda assim a evasão seria relativamente  
1903 alta ao curso?- questionou à equipe do câmpus a servidora Andreia Regina Silva Cabral Libório.  
1904 Nosso câmpus dispõe de políticas específicas com vistas ao acompanhamento da evasão. Existe,  
1905 de igual forma, um programa de nivelamento. Logo no início do curso os professores fazem todo  
1906 um processo de acolhimento, acompanhamento e orientação aos discentes aos quais verificado  
1907 haver defasagem muito grande. Todos os docentes do curso, dentro das disciplinas as quais  
1908 ministram no curso vem a orientar aos discentes a realização de estudos para tal. No semestre  
1909 passado/anterior, vim a ministrar, disciplinas de cunho pedagógico no curso e pude constatar tal  
1910 realidade. Muito(a)s estudantes, amiúde, ingressam no curso vindo a apresentar diversas  
1911 dificuldades, a exemplo das de interpretação dos enunciados matemáticos (e/ou de texto).  
1912 Fizemos uma parceria junto aos professores da área Letras os quais auxiliaram nossos estudantes  
1913 em relação ao trabalho com tais enunciados. Tal ação fora sobremodo eficaz e positiva em  
1914 resultado posto ter auxiliado, sobremaneira, a nossos alunos nessas leituras- concluiu, em fala, à  
1915 mesa a servidora Natália Nassif Braga. A maior dificuldade dos alunos das licenciaturas de  
1916 Ciências Exatas tem contribuído para a evasão. Tivemos um cuidado especial para concebermos  
1917 a estruturação/organização do primeiro ano do curso, na realidade, todos os anos do curso e, em  
1918 especial, este. Assim sendo, há uma interlocução com a área de Língua Portuguesa bem como  
1919 vasta revisão/revisitação de conteúdos abordados no Ensino Médio e os docentes, evidentemente,  
1920 viriam a tratar o ensino de tais conteúdos junto a seus futuros estudantes, de semelhante forma.  
1921 Para determinadas disciplinas em verificado alto índice de evasão a citar-se de Cálculo Diferencial  
1922 e Integral I conseguimos, a partir dessa atualização do curso proposta, remanejá-la ao 3º (terceiro)  
1923 semestre, no início do 2º ano, de modo a evitar altos índices de evasão no curso- concluiu, em  
1924 fala, o servidor Rafael Nogueira Luz. Conhecendo ao público específico dos cursos de  
1925 licenciatura, pedimos a que seja estabelecida/haja reflexão por parte de vosso câmpus, no que diz  
1926 respeito a oferta no período matutino ou no período noturno, principalmente, considerando-se o  
1927 perfil do estudante trabalhador. Sabemos da grande dificuldade de muitos estudantes em manter-  
1928 se em curso no período diurno, diferentemente, de outros estudantes os quais fariam tal curso no  
1929 período noturno. Temos que levar em conta o público que necessitamos e/ ou pretendemos atingir  
1930 por meio do oferecimento de nossos cursos- falou aos representantes do câmpus a servidora  
1931 Marcela Kleiciane Nascimento dos Santos. Recomendamos a que haja tal reflexão/estudos no  
1932 âmbito do câmpus acerca de tal aspecto (transferência/alteração do turno de oferta do curso do  
1933 período matutino ao noturno). Efetuamos/viabilizamos várias reuniões em âmbito do Colegiado  
1934 de Curso, inclusive, as quais contaram com a participação de discentes, e, para esse momento,  
1935 consideradas as dificuldades por eles expostas, foi deliberada tal modificação no que diz respeito  
1936 ao conteúdo programático do curso. Obviamente que nos debruçaremos em reflexão sobre tal  
1937 aspecto, porém, considerar a evasão dum curso organizado no período matutino e dar conta de  
1938 "abarcar"/contornar uma série de variáveis, sejam estas sociais, entre outras diversas, vem a ser,  
1939 sobremodo, complexo- disse aos membros do Comitê Técnico- Profissional o servidor e Luís  
1940 Américo Monteiro Junior. Como dantes já trazido pelo servidor Rafael Nogueira Luz, o curso,  
1941 deste o início de sua ministração buscar evitar a evasão seja a partir da  
1942 sequenciação/organização/estruturação da grade seja por estabelecer ações de nivelamento.  
1943 Dispomos de uma grande demanda de discentes de Ilha Bela, de São Sebastião e de Ubatuba,  
1944 vindo a atendermos a todo o Litoral Norte. Não dispomos de cursos superiores de licenciatura na  
1945 região, ofertados por instituição pública. Dispomos de poucos alunos de Ilha Bela dado o tamanho  
1946 da região, entretanto, de Ubatuba há um número/quantitativo considerável de alunos- falou à mesa

1947 o servidor Rafael Nogueira Luz Quanto ao dantes comentado por parte da servidora Andreia  
1948 Regina Silva Cabral Libório, esteve lendo, nessa última semana, uma reportagem a qual falava  
1949 acerca dos jovens "nem nem", isto é, jovens que não trabalham nem estudam vem aumentando.  
1950 Por outro lado, há sendo veiculado pela mídia, informações de que algumas famílias têm tirado  
1951 seus filhos de escola "a" ou "b" por conta de não adaptação sendo, proporcionalmente, crescente  
1952 o ensino domiciliar (*homeschooling*) - em cerca de 136% (cento e trinta e seis por cento) nos  
1953 últimos dois anos, o qual não consta regulamentado no país (mas que já dispõe de regulamentação  
1954 noutros países). Considerando a complexidade do cenário envolvendo-se a reforma trabalhista, a  
1955 reforma previdenciária, entre outros, como ficará o futuro de tais jovens?- arguiu, em tom  
1956 reflexivo, ao pleno do Comitê o membro, Sr. José Luiz Borges Andreoli. Ora, veio a ser solicitada  
1957 fala por parte do membro do Comitê Técnico-Profissional, Sr. Giuseppe D'Agostino, o qual  
1958 perguntou à equipe do câmpus acerca do componente Provas e Demonstrações (PDMM3) do 3º  
1959 Semestre do curso. Em réplica, fora dito por parte do servidor e Luis Américo Monteiro Junior,  
1960 que a partir de apontamento tido em visita *in loco* por parte dos avaliadores do Ministério da  
1961 Educação (MEC) com relação ao ENADE no ano de 2014 (dois mil e quatorze) quanto às questões  
1962 discursivas as quais seriam três vinculadas à parte específica. Pelo menos uma dentre elas e uma  
1963 específica envolvem demonstrações. Muitos estudantes do curso apontaram ter se deparado com  
1964 tais questões/dificuldade. Normalmente, no 4º (quarto) semestre do curso, os alunos aprendem  
1965 conteúdos acerca da teoria dos números, uma teoria/disciplina específica da área da matemática  
1966 a qual trabalha muitíssimo bem com tal fundamentação. Verificou-se ser necessária a introdução  
1967 de disciplina introdutória com vistas a se discutir tal questão: sobre a linguagem matemática,  
1968 sobre a questão da simbologia, e, óbvia e, posteriormente, os conhecimentos próprios à disciplina  
1969 de métodos e demonstração- falou à mesa o servidor Rafael Nogueira Luz. Em adição ao  
1970 comentado por parte do servidor Rafael, seria oportuno mencionarmos, também, a importância  
1971 dessa disciplina, principalmente, na visão dos docentes os quais vieram a participar do programa  
1972 *Ciências Sem Fronteiras*- concluiu, em fala, o servidor Luis Américo Monteiro Junior. Após  
1973 discussão, o Comitê Técnico-Profissional emitiu as seguintes determinações ao curso: 1. Atender  
1974 às recomendações do Parecerista Externo do Curso, Sr. Alexandre Pereira Chahad, vindo a  
1975 justificar, quando do não atendimento; 2. Atender às determinações da Diretoria de  
1976 Graduação/Coordenadoria de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Ensino (DGR/CLIC/PRE); e, 3.  
1977 Observar e atender às recomendações feitas pelo membro do Comitê Técnico-Profissional do  
1978 IFSP, Sr. José Luiz Borges Andreoli, listadas em documento anexo. O Comitê Técnico-  
1979 Profissional decidiu que o Projeto Pedagógico de Curso, uma vez atendidas as considerações  
1980 contidas neste parecer, poderá ser encaminhado ao Conselho Superior para análise e deliberação.  
1981 Deu-se por esgotada a tratativa de todos os itens de pauta previstos na Ordem do Dia/Pauta. O  
1982 Presidente do Comitê Técnico-Profissional, em exercício, o servidor Alexandre Aldo Neves,  
1983 agradeceu à presença de todo (a) s e declarou por encerrada a sessão. E nada mais havendo a tratar  
1984 sobre o ponto de pauta, eu Érika de Souza Barreto, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada,  
1985 vai assinada por mim e pelo Presidente em exercício.

1986 Érika de Souza Barreto



1987 Alexandre Aldo Neves

1988



1989 **Ata aprovada em reunião realizada em 16 de novembro de 2017**

1990



